



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AUCIELE DE OLIVEIRA SILVA



**CRECHE DE QUALIDADE É DIREITO DA CRIANÇA: construção de indicadores de qualidade para a educação infantil**

JOÃO PESSOA/PB  
2014

AUCIELE DE OLIVEIRA SILVA

**CRECHE DE QUALIDADE É DIREITO DA CRIANÇA: CONSTRUÇÃO DE  
INDICADORES DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Pedagogia da Universidade  
Federal da Paraíba, em cumprimento às  
exigências para a obtenção do grau de  
Licenciada em Pedagogia.

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelaide Alves  
Dias

S586c Silva, Auciele de Oliveira.

Creche de qualidade é direito da criança: construção de indicadores de qualidade para a educação infantil / Auciele de Oliveira Silva. – João Pessoa: UFPB, 2014.

82f.

Orientador: Adelaide Alves Dias

Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Creche. 3. Educação de qualidade.  
I. Título.

AUCIELE DE OLIVEIRA SILVA

**CRECHE DE QUALIDADE É DIREITO DA CRIANÇA: CONSTRUÇÃO DE  
INDICADORES DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Data da aprovação:

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelaide Alves Dias

Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Luisa Nogueira de Amorim

Examinadora

---

Prof. Dr. Fábio do Nascimento Fônsca

Examinador



Dedico este trabalho de conclusão de curso, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais, Antônio Avelino da Silva e Josefa de Oliveira.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pela saúde, força e sabedoria que sempre tem me concedido diante das escolhas que tenho feito, por ter confirmado diante de todas as oportunidades que surgiram que a escolha pelo curso de Pedagogia foi projeto Dele para minha vida.

Aos meus pais por todo o apoio incondicional, por contribuírem para que eu me tornasse um ser humano mais justo. Obrigada por cada gesto de carinho, de compreensão e de amor, aos meus irmãos Wellington, Washington e Willamy, pela confiança que sempre tiveram nas minhas atitudes.

Em especial, à minha irmã Adriana, minha cúmplice, minha confidente, alguém que sempre pude contar em todos os momentos da minha vida, por ser tão generosa.

Aos meus sobrinhos Wesley Gabriel, Carlos Júnior, Washington Filho, Mariana Sthefanny, Ana Caroline e Rafaella, que são as melhores e mais intensas alegrias da nossa família.

Às minhas colegas de curso que compartilharam de tantos momentos da minha graduação, e especialmente as minhas queridas companheiras, Gislane, Jéssica Pessoa e Jéssica Nascimento, por toda compreensão, colaboração e apoio.

À todos os meus professores, que foram fundamentais para minha formação profissional.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Luisa Nogueira de Amorim, que durante suas aulas fez com que eu me encantasse pela vida acadêmica, sempre me direcionando para aquisição do conhecimento de forma significativa.

À minha Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelaide Alves Dias pela confiança, pelas orientações, pelo incentivo, por ter oportunizado a minha experiência como pesquisadora, por sempre exigir o meu melhor durante a elaboração das atividades, pela sua compreensão e por promover durante as discussões, valiosas aprendizagens para minha formação acadêmica e para minha vida.

À todos/as do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Criança–(NUPEC) da UFPB, que foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho, cada pessoa contribuiu à sua maneira.

Ao professor Dr. Fábio do Nascimento Fonsêca pelas orientações no Componente Curricular TCC que foram essenciais para o desenvolvimento desse trabalho.

*O que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da segurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser “educado”, vai gerando a coragem.*  
(FREIRE, 2011, p. 45)

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar a qualidade da educação infantil ofertada pelo município de João Pessoa/PB e é parte de um projeto maior, financiado pelo CNPq/PIBIC, intitulado “Educação Infantil, Direitos Humanos e Políticas Públicas: uma análise sobre os processos de institucionalização das creches em João Pessoa”. A pesquisa, de natureza quantitativa, foi realizada junto a 68 Centros de Referência de Educação Infantil (CREI) do município de João Pessoa. Ao todo, gestores dos CREIs investigados responderam a um questionário sobre o contexto e as condições de desenvolvimento da Educação Infantil em suas respectivas instituições, a partir dos seguintes indicadores: instalações físicas, a existência de proposta pedagógica e sua elaboração, a formação dos professores e o tempo de atuação no magistério da educação infantil, o atendimento prestado a criança, formação do pessoal técnico a formação e o tempo que atuam na educação infantil, os recursos materiais e didáticos que são utilizados nas instituições. Os dados coletados foram submetidos a análises de estatística simples e de conteúdo. Os resultados encontrados demonstram, em geral, que 25 dos CREIs não apresenta proposta pedagógica, o material didático não está presente em todas as unidades, os espaços não são disponibilizados para as crianças brincar. Além disto, nos relatos dos funcionários são comuns a ênfase nos aspectos de alimentação e a higiene da criança, o que pode ser indício de que ainda encontra-se resquício do assistencialismo nas práticas educativas. Encontramos também avanços no que diz respeito à formação das professoras uma vez que todas elas possuem a formação mínima exigida para atuar na educação infantil, como também no monitoramento e acompanhamento da equipe coordenadora dos CREIs na secretaria de educação. Além de acompanharem o funcionamento das instituições com visitas e registros, a equipe é responsável pelo oferecimento de formações continuadas com o intuito de reconhecer a especificidade do trabalho educativo com as crianças pequenas.

Palavras-chave: Criança. Educação Infantil. Educação de qualidade.

## ABSTRACT

This article objected to investigate the quality of children education offered by João Pessoa city, Paraíba, being a part of a big project named “Children Education, Human Rights and Public Politics: institutionalization process analyses of João Pessoa Daycares” provided by CNPq/PIBIC. The research, with quantitative and qualitative character, was done in 68 Children Education Reference Centers (CERC) of João Pessoa city. The CERC investigated directors answered a questionnaire about the Children Education context and its developed conditions, at their own institutions, starting by the features: the building fixtures, the pedagogical purpose existence and its elaboration, the teachers degree and the actuation time in the children education teaching, the children assistance, the technician degree and the actuation time in the children education and the didactic and material resources used in the institutions. The collected data were analyzed by simple and contend statistics. The outcome showed that 25 CERCs do not have a pedagogical purpose, the didactic resources were not available at every field daycares and the spaces were not affordable to the children play. In addition, in the employee testimonies, making reference to the children alimentation and hygiene is common, it means the presence of assistance politics in the educative practices. Progress in the teachers degree was also found, because every teacher has the floor degree demanded to act in the children education and in the follow up of the CERCs coordinator team and the education secretary. In addition, the team follows the institutions functioning, doing records and visits, being responsible by the offering of continuing degrees, with the objective of recognizing the educative job specificity with little children.

Key words: Child. Children Education. Quality Education.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1.</b>	<b>Formação das gestoras dos CREIs</b>	<b>30</b>
<b>Gráfico 2.</b>	<b>Proposta Pedagógica dos CREIs</b>	<b>32</b>
<b>Gráfico 3.</b>	<b>Instalações Físicas dos CREIs</b>	<b>33</b>
<b>Gráfico 4.</b>	<b>Equipe técnica dos CREIs</b>	<b>36</b>
<b>Gráfico 5.</b>	<b>Formação das educadoras infantis</b>	<b>37</b>
<b>Gráfico 6.</b>	<b>Turmas do Berçário I e II</b>	<b>40</b>
<b>Gráfico 7.</b>	<b>Turmas da Creche (Maternal I e II)</b>	<b>41</b>
<b>Gráfico 8.</b>	<b>Turmas da Pré-escola (Pré I e II)</b>	<b>42</b>

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO INFANTIL .....	13
2.1- Contexto histórico da Educação Infantil .....	13
3. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE .....	18
3.1- A importância das concepções de qualidade para o ambiente educacional .....	18
3.2- Currículo/Proposta Pedagógica .....	18
3.3 - Formação dos professores .....	20
3.4 - Relações adulto-criança.....	21
3.5 – Condições materiais.....	22
4. A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: que indicadores? .....	26
5. APRESENTANDO A PESQUISA .....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	44
REFERÊNCIAS .....	46
APÊNDICES	
ANEXOS	

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho discutimos as implicações dos aspectos relacionados à qualidade da Educação Infantil do município de João Pessoa/PB. O interesse pelo tema surgiu através do contato com questões inquietantes sobre o direito da criança à uma educação de qualidade, essas questões foram levantadas e problematizadas nas reuniões realizadas pelo Grupo de Pesquisas e Estudos sobre a Criança da UFPB (GRUPEC), coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelaide Alves Dias e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Luisa Nogueira de Amorim, demonstrando em estudos a importância da efetivação da qualidade na Educação Infantil. Portanto, esse trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-2013-2014).

No ano de 2013, participamos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB/CNPq-2013-2014) desenvolvendo o projeto intitulado “Educação Infantil, Direitos Humanos e Políticas Públicas: uma análise sobre os processos de institucionalização das creches em João Pessoa”, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelaide Alves Dias.

A pesquisa nos possibilitou realizar estudos sobre a Educação Infantil e sua relação com os fatores sociais que garantem o direito da criança à educação de qualidade. Realizamos leituras de documentos oficiais e estudos bibliográficos que envolvem a temática do direito da criança à Educação Infantil de qualidade.

Durante as reuniões realizadas pelo GRUPEC a análise de notícias que envolviam a temática da Educação Infantil no país, no Estado e no Município, nos permitiu identificar a importância de uma educação de qualidade para as crianças e que indicadores seriam fundamentais para efetivação desse direito. Vale ressaltar que as experiências no NUPEC foram fundamentais para construção desse trabalho de conclusão de curso intitulado “Creche de qualidade é direito da criança: construção de indicadores de qualidade para a Educação Infantil” que é um recorte do projeto citado anteriormente.

A pesquisa teve como objetivo geral investigar o cotidiano das instituições de educação infantil do município de João Pessoa, mediante levantamento de dados; e como objetivo específico analisar que indicadores são requeridos para se conferir à qualidade na educação infantil; de modo a contribuir com a construção de indicadores de qualidade eficazes com vistas ao controle e monitoramento social das ações educativas desenvolvidas no interior dos CREIs.



Portanto, a pesquisa realizada visou responder à seguinte questão: que indicadores são requeridos para aferir a qualidade ao atendimento prestado à criança de zero a cinco anos? Os instrumentos são utilizados para aferir a qualidade da Educação Infantil do Município de João Pessoa/PB.

Para o alcance dos objetivos elaboramos as seguintes etapas: levantamento e estudo teórico sobre a temática; procedimento legal/ético para a iniciação do trabalho de campo; seleção e contato com as instituições; coleta de dados, através de fichas de informações a gestores, observações da estrutura física; entrevista realizada com a coordenadora da Educação Infantil do Município de João Pessoa/PB.

Objetivando responder nossa questão de pesquisa e atingir os objetivos propostos, nos pautamos na análise documental nacional, como a Constituição Federal (CF/1988); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996); Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2010); Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para as Instituições de Educação Infantil (PBIEIEI, 2006), Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010). Assim, através de documentos e escritos diversos, identificamos as contribuições históricas e atuais da formação para a cidadania na Educação Básica, com foco desde a Educação Infantil. É o resultado deste estudo que apresentamos aqui neste trabalho que, além dessa parte introdutória, está dividido em três capítulos.

O segundo capítulo divide-se em três partes. Primeiramente fez-se uma contextualização histórica sobre Criança, Infância e Educação Infantil à luz de Ariès (1981), Del Priore (1996), Zabalza (1998) e Kramer (2003), para uma melhor compreensão a respeito do papel social da Educação Infantil, e as implicações da qualidade educacional no serviço prestado as crianças pequenas.

No terceiro capítulo, contextualizamos a Educação Infantil e o problema da qualidade, destacando os aspectos que são primordiais para efetivação de uma educação de qualidade que respeite a especificidade das crianças.

No quarto capítulo, será apresentado o resultado da construção de dados da pesquisa realizada em 68 CREIs, a que foi efetivado com a colaboração das gestoras ao preencher um questionário e responder a questões referentes à formação dos profissionais, quantidade de crianças atendidas por faixa etária, organização do cotidiano educacional e observação da estrutura das instituições. Aqui, daremos ênfase à questão da qualidade da Educação Infantil

no Município de João Pessoa/PB, buscando compreender que indicadores são utilizados e que práticas norteiam o acompanhamento no interior das instituições de Educação Infantil.

## **2. INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **2.1- Contexto histórico da Educação Infantil**

Philippe Ariès (1981) que iniciou suas análises acerca da infância através de pinturas, diários de famílias, testamentos e etc, nos permite compreender historicamente as evoluções que ocorreram com o sentimento de infância que se constituiu socialmente. A partir de suas análises encontramos a criança que ocupou um espaço na sociedade como algo sem muita importância.

Os adultos privavam-se da demonstração dos próprios sentimentos para com as crianças, pois o índice de mortalidade infantil era bastante considerável e isso era tido como natural pelos adultos. Apenas quando ultrapassavam, os primeiros anos de vida as crianças passavam a integrar o mundo dos adultos. Era reservada a criança um tratamento podendo ser considerado de “natureza infantil”, elas possuíam um espaço social, mas não era reconhecida a especificidade dessa fase.

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (ARIÈS, 1981, p. 156)

Os séculos foram evoluindo e com isso os sentimentos relacionados à infância também foram se modificando. Segundo Ariès (1981), no decorrer do tempo à infância foi se delineando e dois importantes períodos marcaram a história das crianças e um sentimento moderno se constitui. A partir desse surgimento duas atitudes distintas irão delinear a história das crianças.

O primeiro aspecto enfatiza a aparição por parte dos adultos que consideram as crianças ingênuas, inocentes e como fonte de diversão. Já o segundo aspecto não reconhece a criança segundo a especificidade da fase, elas são aqui inseridas em um processo educativo elaborado pelo adulto para alguém imperfeito que necessita ser disciplinado para convivência em sociedade.

Durante muito tempo a educação das crianças foram elaboradas a partir de arranjos que correspondiam a situação econômica da sociedade. Na Idade Antiga predominou o parentesco ou a participação de “mães mercenárias”, já na Idade Média e moderna criou-se a “Roda dos Expostos”, que eram cilindros de madeira ocos construídos nos muros das igrejas ou hospitais de caridade e lá eram depositadas as crianças abandonadas.

Nesse período, a educação das crianças era embasada como algo pobre e culposos, como se fosse uma caridade, norteados, assim, práticas precárias de atendimento.

Esse duplo sentimento é concomitante à nova função efetiva que a instituição familiar (agora constituída de maior número de crianças que sobrevivem) assume no seio da burguesia, e vai sendo progressivamente imposto ao povo. Não é a família que é nova, mas, sim, o sentimento de família que surge nos séculos XVI e XVII, inseparável do sentimento de infância. O reduto familiar torna-se, então, cada vez mais privado e, progressivamente, esta instituição vai assumindo funções antes preenchidas pela comunidade. (KRAMER, 2003, pg. 18)

A infância por ser uma fase em que a criança depende da colaboração dos adultos para efetuar determinadas atividades, esta acaba sendo um fator determinante nas relações sociais se instituindo como algo natural. Percebe-se que a criança ocupa na vida do adulto um espaço no aspecto econômico, dependendo dele para alimenta-se e proteger-se.

Predominando, assim, uma distinção dessa dependência que varia segundo a classe social familiar, sendo identificado que a criança não possui um valor único. A partir dessa inquietação, compreendemos que o significado social da infância é negado, pois não são consideradas as diferentes condições de vida.

As primeiras instituições de Educação Infantil surgiram nos países europeus e na França em decorrência da inserção das mulheres no mercado de trabalho industrial, já no Brasil não ocorreu a preocupação, devido ausência de demanda para esse setor. No Brasil no ano de 1899, a primeira creche destinada aos filhos de operários da indústria foi inaugurada.

Na quarta última parte dos anos 1900, a educação infantil brasileira vive intensas transformações. É durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxe para a sociedade e para a educação brasileiras, que se inicia esta nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. A legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica. (KUHLMANN JR., 2000 p. 6)

Apesar da inclusão das crianças no sistema educacional brasileiro ser respaldada legalmente, vários aspectos precisam ser observados levando em consideração a

especificidade desse sujeito de direitos. Durante muito tempo predominou o assistencialismo voltado para crianças implicando, assim, práticas destinadas somente aos cuidados com a higiene e a alimentação da criança e isso não efetiva o direito à uma educação que contemple a formação integral, desvalorizando também a cultura inerente às crianças.

A Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica possibilitou visibilidade à educação das crianças. A partir das novas exigências, as instituições de ensino passaram a designar ações educativas para efetivar a inserção das crianças, conforme escrito na CF/88 em seu “Art. 208. IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

A educação infantil sempre ocupou um amplo espaço no assistencialismo direcionado para as crianças, e isso é algo bastante preocupante, pois ser tratada como primeira etapa da educação básica ainda não evidenciou a especificidade do trabalho educacional que deve ser desenvolvido.

No século XVIII e XIX vários países europeus intensificaram a discussão acerca da importância da educação para o desenvolvimento social. Com isso, a criança ocupou um lugar central no interesse educativo dos adultos. A criança passou a ocupar um lugar como sujeito, sendo preparada sua inclusão no mundo dos adultos, e para as que podiam cursar a escola era tida como uma ferramenta fundamenta.

Para as crianças pobres a educação estava imbricada na caridade, predominando apenas a ocupação como sinônimo de aprendizado. A falta de efetivação de uma educação voltada para as crianças pobres ia de encontro aos anseios da elite. Mas, alguns reformadores protestantes lutavam por uma proposta educativa, onde a criança fosse o centro das atividades a serem desenvolvidas. Essas atividades eram voltadas para o reconhecimento da criança como sujeitos com necessidades e características que as diferenciam dos adultos.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (ECA, 8069/90)

Conforme exposto no Estatuto da Criança e do Adolescente a educação infantil como primeira etapa da educação básica deverá efetivar condições igualitárias para permanência das

crianças nas instituições educativas. O atendimento em creches e pré-escolas é garantido para as crianças de zero a seis anos de idade.

Portanto, fica evidente com a legislação que não deverá predominar a distinção no processo educativo das crianças, segundo a classe social, pois todas são sujeitos de direitos. Diferente de outros períodos, onde era levada em consideração a ocupação da mãe no mercado de trabalho para que a vaga existisse.

As oportunidades educacionais deverão contemplar a formação integral, considerando as características que as distinguem do adulto. A partir do exposto observa-se que a prioridade não seria a inserção no mundo dos adultos, mas o desenvolvimento partindo do pressuposto cultural que é produzido e sua socialização em ambiente coletivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional , 9394/96 define a educação infantil como sendo:

Art. 29. ...primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

A educação infantil como primeira etapa da educação possui aspectos que contemplam a formação integral da criança até cinco anos de idade, sendo o trabalho a ser realizado no ambiente educacional como complemento deverá ser fornecido pela família e pela comunidade. É possível que uma criança seja educada para efetivação da cidadania, mas é fundamental que a sociedade contribua em todos os âmbitos de sua atuação.

A LDB também define algumas regras comuns que precisam ser respeitadas pelas instituições de educação infantil, essa etapa possui uma especificidade que a diferencia das demais que contempla desde a carga horária mínima anual até a elaboração de documentos que possibilitem uma análise acerca do desenvolvimento e da aprendizagem da criança no ambiente coletivo.

A legislação tem contribuído bastante para o processo de efetivação do direito da criança à educação. No entanto, todos que estão inseridos nos espaços destinados a formação integral da criança, necessitam refletir acerca do sentido da garantia de uma educação de qualidade. Esta o que seria? quais suas implicações quando submetidas a apreciação de todos? que conhecimentos são necessários para elaboração de práticas que evidenciem aspectos que revelam os sinais da realidade da instituição de educação infantil? Percebe-se que é possível avaliar a qualidade da educação infantil, quando nos encontramos dispostos a reconhecer que a criança se constitui sujeito a partir do que vivencia em espaços coletivos.

No Plano Nacional de Educação, a (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014), a meta para educação infantil é a seguinte:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

O tratamento prioritário que tem sido destinado à educação infantil é fruto do reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos. Isso se deu devido às demandas dos movimentos sociais, surgindo a partir do movimento de mulheres pela criação e ampliação de vagas em creches e pré-escolas.

Vale ressaltar que a educação infantil incorporou na educação básica instituindo-se como política pública, com isso passou a contar com o financiamento advindo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) desde 2007.

### **3. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE**

#### **3.1- A importância das concepções de qualidade para o ambiente educacional**

A educação infantil durante anos carregou consigo a predominância do assistencialismo, e isso fez com que as crianças não fossem, no ambiente educacional, reconhecidas como sujeito de direitos. Os atendimentos destinados à educação das crianças eram oferecidos por igrejas e organizações não governamentais predominando a ausência de uma metodologia que possibilitasse a formação integral de uma forma ampla.

Quando pretendemos aplicar o conceito de qualidade à educação, essas três concepções da qualidade se complementam: podemos dizer que estamos diante de uma escola de qualidade ou diante de um programa educativo de qualidade ou diante de professores (as) de qualidade ou diante de um material educativo de qualidade quando podemos reconhecer neles os três componentes citados. (ZABALZA, 2006 p. 32)

As três dimensões que necessitam ser repensadas estão relacionadas, a uma identificação com valores-chave formativos, alguns resultados de alto nível, um clima de trabalho satisfatório para todos aqueles que participam na situação ou no processo avaliado.

A primeira dimensão parte do pressuposto do compromisso do educador com o que será concebido no processo de efetivação do desenvolvimento integral na educação infantil. A segunda dimensão é direcionada pelos parâmetros de um nível que necessita ser contemplado, pois os padrões de qualidade necessitam ser adaptados, segundo o contexto educacional. Finalizando as dimensões, o alto nível é alcançado conforme a satisfação do profissional, pois os parâmetros de qualidade abrangem desde as pessoas que participam, e as que serão beneficiadas.

Nessas instituições o objetivo era manter as crianças em um lugar seguro, para que as famílias pudessem ser inseridas no mercado de trabalho. Não reconheciam a especificidade da criança e também não eram compreendidas as contribuições dos diversos aspectos sociais para o desenvolvimento.

#### **3.2- Currículo/Proposta Pedagógica**

Para que a qualidade seja efetivada na educação infantil é essencial, que o profissional elabore práticas embasadas no conhecimento acerca do contexto das crianças, pois assim define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil (DCNEI):

Currículo: conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos de idade. (BRASIL, DCNEI, 2010, p. 12)

A criança que se encontra em desenvolvimento, vivenciando em seu cotidiano os diversos modos de interação com os adultos, no ambiente educacional, a participação ativa em práticas que possuam intencionalidades que visem promover o desenvolvimento cognitivo e social de uma forma ampla.

É possível que o desenvolvimento integral ocorra, mas para isso a diversidade deve ser respeitada, as diferentes manifestações de culturas valorizadas, e as vivências que acontecem fora do espaço educacional, precisam ser articuladas com o conhecimento científico promovido pelo educador.

Vale ressaltar que o planejamento das práticas educacionais com as crianças ainda caminha lentamente, pois em pleno século XXI educadores ainda imaginam que as crianças não são produtoras de cultura, apenas, merecem ser disciplinadas para executar as tarefas.

Na definição de currículo, encontramos a importância do desenvolvimento integral, isso enfatiza a reflexão no trabalho que precisa ser desenvolvido na educação infantil, segundo as orientações a seguir:

Proposta Pedagógica: ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar. (BRASIL, DCNEI, 2010 p. 13)

Organizar um espaço coletivo destinado à educação das crianças implica em uma construção coletiva, onde comunidade, educadores e gestores deverão se empenhar em articular junto ao conhecimento práticas que reconheçam as especificidades da criança. Essa não poderá mais ser tratada como um adulto em miniatura, mas sim como alguém que possui capacidades e direito de ter oportunidades educacionais iguais. Dessa forma:

compreendemos que pensar e organizar o espaço destinado às crianças nas creches é uma questão de garantir o direito das crianças a terem acesso a ambientes que lhes proporcionem a exploração dos espaços e dos equipamentos, bem como os mais variados tipos de interações, garantindo-lhes possibilidade de desenvolverem-se de forma plena e integral. (AMORIM; DIAS, 2013, p. 226)



A proposta pedagógica que leva em consideração a qualidade requerida para propiciar o desenvolvimento integral da criança deverá respeitar três princípios fundamentais na educação infantil que são:

- ✓ Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- ✓ Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- ✓ Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, DCNEI, 2010, p. 16)

No ambiente educacional preparado para as crianças as práticas pedagógicas deverão ser norteadas por dois eixos fundamentais que são as interações e a brincadeira. É impossível pensar na criança separadamente das brincadeiras, pois o lúdico é responsável por grande parte do desenvolvimento infantil.

### 3.3 - Formação dos professores

O educador é parte essencial na efetivação da proposta pedagógica, pois depois de construída necessita ser vivenciada pelas crianças. A LDB define a formação do educador para atuar na educação infantil.

**Art. 62º.** A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, LDB, 1996)

A legislação educacional enfatiza a importância do educador se apropriar, de conhecimentos específicos para o trabalho com as crianças pequenas. Sabemos que no desenvolvimento das atividades com as crianças, sempre predominou o assistencialismo.

Essa atividade era designada as mulheres, como se esse trabalho fosse à extensão do lar, necessitando apenas de técnicas que referenciavam o cuidado. Cuidar e educar são práticas indissociáveis quando o objetivo é o desenvolvimento integral da criança.

Portanto, mesmo diante de alguns avanços que dão visibilidade a educação infantil, estar ciente que esse trabalho continua sendo realizado por pessoas que não possuem o conhecimento necessário é ir de encontro a todas as lutas históricas que buscaram a garantia

do reconhecimento da criança como sujeito de direitos. O educador comprometido é capaz de elaborar práticas que possibilitem o desenvolvimento das crianças pequenas.

### 3.4 - Relações adulto-criança

O ser humano é constituído segundo suas interações com os outros. Portanto, a criança no contato com os adultos e com outras crianças mais experientes desenvolve-se, devido o contato com novas experiências. Todavia, a interação deverá estar imbricada a intenções que visem o desenvolvimento para formação social da criança.

Frequentemente descrevemos o desenvolvimento da criança como o de suas funções intelectuais superior ou inferior, que se desloca de um estágio a outro. Porém, se ignoramos as necessidades da criança e os incentivos que são eficazes para colocá-la em ação, nunca seremos capazes de entender seu avanço de um estágio do desenvolvimento para outro, porque todo avanço está conectado com uma mudança acentuada nas motivações, tendências e incentivos. (VYGOTSKY, 1991 p. 105)

O lúdico é uma das formas de manifestação de aprendizagem da criança, este por sua vez contribui significativamente para o desenvolvimento quando orientado de forma correta pelo mediador. Portanto, o educador deverá proporcionar momentos para que o desenvolvimento ocorra de maneira significativa utilizando jogos e brincadeiras, para com isso despertar o interesse das crianças pequenas e a interação no coletivo.

O educador através da intervenção proporciona alguns avanços que não acontecem espontaneamente promovendo sempre a participação ativa das crianças em todos os espaços da instituição de educação infantil.

Em síntese, para propor parâmetros de qualidade para a Educação Infantil, é imprescindível levar em conta que as crianças desde que nascem são:

- cidadãos de direitos;
- indivíduos únicos, singulares;
- seres sociais e históricos;
- seres competentes, produtores de cultura;
- indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral. (PQEI, 2006 p.

18)

### 3.5 – Condições materiais

Para que a qualidade seja efetivada vários fatores são fundamentais conforme já foram citados a proposta pedagógica, a formação do educador, as interações adulto-criança, as práticas que respeitam as especificidades das crianças, mas os materiais utilizados e a estrutura da instituição é importante.

Reconhece-se a criança como *sujeito* do processo educacional e como principal usuário do ambiente educacional. Por isso, é necessário identificar parâmetros essenciais de ambientes físicos que ofereçam condições compatíveis com os requisitos definidos pelo PNE, bem como com os conceitos de sustentabilidade, acessibilidade universal e com a proposta pedagógica. Assim, a reflexão sobre as necessidades de desenvolvimento da criança (físico, psicológico, intelectual e social) constitui-se em requisito essencial para a formulação dos espaços/lugares destinados à Educação Infantil. (IQEI, 2006, p. 21)

A instituição de educação infantil deverá evitar sua localização próxima a zonas industriais, devido o índice de poluição, levar também em consideração a proximidade do lar. Na entrada uma área de espera externa deve ser prevista para evitar a aglomeração de pessoas, o distanciamento de áreas com ruídos também é fundamental.

A adequação dos ambientes internos e externos (arranjo espacial, volumetria, materiais, cores e texturas) com as práticas pedagógicas, a cultura, o desenvolvimento infantil e a acessibilidade universal, envolvendo o conceito de ambientes inclusivos. (PQEI, 2006, p. 21)

A estrutura do ambiente educacional para as crianças de zero a cinco anos é bastante distinto das outras instituições, a organização do material a ser utilizado, como também as cores são também responsáveis pelo desenvolvimento da criança, por isso necessita de uma equipe multidisciplinar para efetivação da construção.

A qualidade na educação infantil é um tema bastante complexo que imbrica desde o entendimento acerca das especificidades das crianças, e o respeito como sujeitos de direitos. As instituições são responsáveis, pelo planejamento e a organização nas etapas da rotina das crianças pequenas.

Atualmente é possível observar através de sinais, se os objetivos estão sendo alcançados ou necessitam de adequações no planejamento.

A efetivação de políticas públicas poderá ser testemunhada, quando se é permitido que todos adquiram conhecimento do processo e dos objetivos das instituições de educação infantil, resguardando prioritariamente o direito das crianças a educação de qualidade.

Com o intuito de oferecer um instrumento de apoio às instituições de educação infantil e as comunidades atendidas, o MEC publicou em 2009 “Indicadores Da Qualidade na Educação Infantil”, que são orientações que visam colaborar com o planejamento das Instituições de Educação Infantil. As orientações são norteadas por práticas que contemplam a formação social da criança de forma mais ampla.

Este documento foi construído com o objetivo de auxiliar as equipes que atuam na educação infantil, juntamente com famílias e pessoas da comunidade, a participar de processos de autoavaliação da qualidade de creches e pré-escolas que tenham um potencial transformador. Pretende, assim, ser um instrumento que ajude os coletivos – equipes e comunidade – das instituições de educação infantil a encontrar seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática. (BRASIL, IQEI, 2009, pg. 14)

A adesão ao documento é voluntária, mas vale ressaltar que o mesmo foi elaborado com base no direito da criança a uma educação de qualidade, com isso o diagnóstico a ser elaborado pela instituição de educação infantil deverá respeitar cinco aspectos que são fundamentais para efetivar a inclusão das crianças em um processo educativo que contemple uma formação para cidadania.

O primeiro aspecto contempla o respeito aos direitos humanos fundamentais cujo sinônimo é a superação de conjunturas de opressão no contexto social que abrange o mundo. O segundo aspecto engloba o reconhecimento as diferentes culturas predominantes em um contexto bastante diversificado.

O terceiro aspecto é ampliar a qualidade associando-a a formação social mais ampla, esta deverá ser fundamentada em uma concepção educacional que imbricará atitudes que visem colaborar com o desenvolvimento das crianças, onde três princípios precisam ser evidenciados nas interações. Com isso alguns valores precisam nortear as práticas, dentre o documento norteador cita, o respeito ao meio ambiente, o desenvolvimento de uma cultura de paz e a busca por relações humanas mais solidárias.

O quarto e o quinto aspecto estão relacionados à legislação educacional e aos conhecimentos científicos do profissional que atuam com as crianças. A legislação refere-se à regulamentação e a organização das instituições de educação infantil contemplando a política

em seus diversos âmbitos. Diante do exposto no quinto é enfatizada a especificidade do trabalho que deverá ser realizado com as crianças no ambiente coletivo. Este intimamente ligado aos conhecimentos científicos sobre a criança e seu processo de desenvolvimento, sendo direcionado pelas práticas, que contemplam a formação dos profissionais que são fundamentais para definição dos critérios de qualidade.

Este material foi elaborado para ser usado por instituições de educação infantil, Secretarias de Educação e Conselhos Municipais de Educação podem estimular o seu uso. Entretanto, é importante observar que a adesão das instituições de educação infantil deve ser voluntária, uma vez que se trata de uma autoavaliação. Também é importante lembrar que os resultados não se prestam à comparação entre instituições. (BRASIL, IQEI, 2009, pg. 16)

Por ser um instrumento flexível poderá ser usado de acordo com a capacidade criadora e experiência de cada instituição de educação infantil, porém sugestões precisam ser seguidas para contemplar os aspectos da autoavaliação.

Para que sejam seguidas as etapas necessárias no processo de avaliação é indispensável que a instituição de educação infantil elabore um plano de trabalho que contemple ações como a constituição de grupos de trabalhos que serão responsáveis pela mobilização da comunidade, para providenciar os materiais a serem utilizados, organizar o tempo e os espaços que serão utilizados durante todo o processo.

Vale ressaltar, que a participação e o empenho das pessoas dos diversos segmentos da sociedade só irão contribuir com a efetivação de ganhos para as crianças. Diante disso estratégias devem ser elaboradas pelas instituições de educação infantil, para o alcance do maior número de pessoas possíveis, para que estas sejam instigadas a colaborar com a construção de práticas que possibilitem oportunidades educacionais iguais para as crianças.

Este instrumento foi elaborado com base em aspectos fundamentais para a qualidade da instituição de educação infantil, aqui expressos em dimensões dessa qualidade, que são sete: 1- planejamento institucional; 2- multiplicidade de experiências e linguagens; 3- interações; 4- promoção da saúde; 5- espaços, materiais e mobiliários; 6- formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; 7- cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. (BRASIL, IQEI, 2009, p. 20)

A condução no processo de avaliação parte do pressuposto da preparação da equipe responsável pela educação nas instituições, pois se espera que esses profissionais segundo os conhecimentos científicos adquiridos na formação e nas vivências possam aproximar as

pessoas dos termos que contemplam a educação, possibilitando assim, o entendimento de todos da comunidade do real objetivo dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.

Com base nas sete dimensões do instrumento, o número máximo de vinte pessoas deverá ser respeitado, contendo um coordenador e um relator em cada grupo. Se o número de pessoas não for suficiente para formar os grupos nas sete dimensões, um mesmo poderá ficar com mais de uma dimensão, porém isso implica na diminuição do tempo de discussão. É importante que cópias das páginas com explicação das dimensões sejam distribuídas aos participantes das discussões, pois assim a fundamentação das respostas corresponderá ao real objetivo da avaliação nas instituições de educação infantil.

Cada participante deverá possuir os materiais necessários no ato da avaliação que são: canetas nas cores verde, vermelha e amarela, lápis para anotações, cartolina ou um material similar para exposição dos resultados da plenária. As opiniões deverão ser discutidas respeitando as cores atribuídas para cada aspecto da avaliação. As cores que correspondem aos aspectos são as seguintes:

Caso o grupo avalie que essas ações, atitudes ou situações existem e estão consolidadas na instituição de educação infantil, deverá atribuir a elas a cor verde, indicando que o processo de melhoria da qualidade já está num bom caminho. Se, na instituição de educação infantil, essas atitudes, práticas ou situações ocorrem de vez em quando, mas não estão consolidadas, o grupo lhes atribuirá a cor amarela, o que indica que elas merecem cuidado e atenção. Caso o grupo avalie que essas atitudes, situações ou ações não existem na instituição de educação infantil, atribuirá a elas a cor vermelha. A situação é grave e merece providências imediatas. Perguntas que se referem a realidades específicas (ex: sobre povos indígenas ou população do campo) não devem ser preenchidas caso não se apliquem à instituição. (IQEI, 2009, p. 22).

As cores colaboram para a visibilidade da real situação da instituição de Educação Infantil, mas a participação e o compromisso dos envolvidos no processo de avaliação são fundamentais para a superação das dificuldades. Por fim percebe-se que são várias as contribuições dos indicadores de qualidade para Educação Infantil que visa colaborar, com uma educação com níveis elevados de qualidade.

#### **4. A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: que indicadores?**

O Estado da Paraíba, localizado entre os paralelos 6° e 8° de latitude sul e entre os meridianos de 34° e 38° de longitude oeste, está totalmente incluído na zona tropical. Com uma área de 56.469,778 km<sup>2</sup>, limita-se ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte, ao sul com Pernambuco, a leste com o oceano Atlântico e ao oeste com o Ceará. Desta forma, a Paraíba é um Estado relativamente pequeno da Região Nordeste, o qual possui 223 municípios. (IBGE, 2010)

O censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 registrou a população paraibana como sendo o número de 3.766,528 habitantes. Já no ano de 2013, a população estimada é de 3.914,421 paraibanos. Além disso, esse Estado foi dividido em quatro mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano, onde estão contidas 23 Microrregiões Homogêneas.

A Paraíba tem como capital o município de João Pessoa, do qual depreendemos as seguintes informações:

População estimada 2013	769.607
População 2010	723.515
Área da unidade territorial (km <sup>2</sup> )	211,475
Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	3.421,28
Código do Município	2507507
Gentílico	Pessoense
Prefeito	Luciano Cartaxo Pires de Sá

O município de João Pessoa possui uma população de crianças segundo dados do IBGE no Censo 2010, de zero a três anos de 40. 312, de quatro anos 10.577 e cinco anos 10.761, segundo os dados fornecidos pela Coordenação de Educação Infantil do município, no ano de 2014 aproximadamente 7.557 crianças frequentam os Centros de Referências de Educação Infantil da rede pública.

O intuito da pesquisa foi analisar os instrumentos que eventualmente o município possui para aferir a qualidade da educação infantil no âmbito das políticas públicas. Com isso, foram realizadas visitas a 68 CREIs, como também entrevistas a funcionários da coordenação de educação infantil para buscar uma melhor compreensão acerca da utilização dos instrumentos.

Os funcionários serão identificados por A, B, C e D seguindo a ordem das conversas, na entrevista com a funcionária A, identificamos que existe um instrumento intitulado “ficha de visita e observação” que foi construído em 2013 com base nas principais necessidades dos CREIs. Mas, infelizmente não tivemos a possibilidade de analisar o instrumento, pois a mesma não sabia, onde estava arquivado.

Na entrevista com a funcionária B, tivemos a oportunidade de compreender o andamento do processo de avaliação dos CREIs, como também verificamos que a equipe de Coordenação de Educação Infantil, em 2014 construiu um manual de funcionamento que orienta sobre as devidas providências que deverão ser tomadas em casos específicos.

Durante a entrevista com a funcionária A, identificamos que os indicadores de qualidade para educação infantil, não estava sendo consultado para nortear o processo avaliativo predominante nos CREIs, pois todo o trabalho desenvolvido era embasado em reclamações efetuadas pela comunidade.

A partir das informações colhidas anteriormente, entramos em contato com a equipe da Coordenação, para tentarmos nos apropriar dos instrumentos em posse dos mesmos, tivemos o fornecimento da ficha de observação para uma análise de como ela foi construída.

A funcionária C munida da ficha de observação fez uma breve justificativa dos critérios avaliativos, pois na ficha predomina bom, regular e ótimo durante a conversa foi perceptível seu empenho em tentar não demonstrar aspectos negativos relacionados ao funcionamento dos CREIs.

Sendo responsável pela coordenação de uma etapa da educação básica que deve prioritariamente contemplar o desenvolvimento integral e social das crianças de zero a cinco, ficou evidente que a equipe não possui tempo suficiente para se apropriar dos conhecimentos sobre a infância e a educação infantil.

Para efetivar a análise acerca dos instrumentos que eram utilizados, solicitamos junto ao setor de Gestão e Currículo a proposta do projeto, para compreendermos como ocorria o processo de avaliação e como era designada a premiação as instituições, que possuíam os critérios estabelecidos pelo projeto CREI nota 10.



O documento intitulado “Prêmio indicadores de qualidade da educação municipal de João Pessoa” é dividido em dois aspectos fundamentais que são: 1- gestão administrativa e 2- gestão pedagógica, os dados informados na ficha de visita e observação complementa a avaliação.

Portanto, a ficha de visita e observação é um instrumento adaptado para implantação de todas as informações pertinentes ao funcionamento do CREI (Centro de Referência de Educação Infantil) no momento da visita. Nela a construção de dados complementar o processo de avaliação existente no projeto CREI nota 10 que existe desde o ano de 2006.

Para efetivar a eficácia do instrumento também é preenchido um “Mapa de acompanhamento das unidades” que identifica, a data da visita e o andamento da avaliação (regular, bom ou ótimo).

A proposta do projeto CREI nota 10 consiste em adequar as instituições de educação infantil em um parâmetro percentual revertido em bonificação para os profissionais. Vale ressaltar que o instrumento avalia a qualidade da educação infantil, destacando aspectos que contemplam o desenvolvimento integral das crianças.

Três aspectos são avaliados: documento de regularidade escolar, avaliação de atividades pedagógicas voltadas para o desenvolvimento infantil e projeto político pedagógico. Em cada aspecto existem outros itens que contemplam os três pontos.

As instituições eram avaliadas de janeiro a outubro do ano vigente, ao final da avaliação, um encontro era realizado para exposição dos resultados. Ressaltamos que as amostras não eram comparativas, o intuito era promover o compartilhamento e a compreensão do objetivo do incentivo.

Quando solicitamos o instrumento do CREI nota 10, o funcionário D informou que o projeto predomina desde 2006, mas que passou por adaptações, os critérios para avaliação, devido aos subsídios disponibilizados pela Prefeitura Municipal.

Foi ressaltado nessa conversa informal que o projeto passa por mudanças, pois não seria possível exigir quando a gestão não possui recursos suficientes para manter o funcionamento dos CREIs, segundo relatos do funcionário D.

Vale ressaltar que o município tem como objetivo promover uma educação de qualidade para as crianças, visando alcançar os objetivos, está sendo ampliando o número de CREIs, mas sabemos que inserir a criança em um ambiente educacional não corresponde efetivamente ao direito a uma educação de qualidade.

Duas novas instituições foram inauguradas em maio e agosto de 2014, nos bairros Colinas do Sul e Mangabeira VII. O CREI Maria do Socorro Rodrigues, é situado no bairro

Colinas do Sul, seu atendimento será destinado a crianças de zero a cinco anos, possui 8 turmas e segundo relatos da funcionária C foi construída de acordo com os parâmetros de estrutura exigido em documento publicado pelo MEC.

Já o CREI Rebeca Cristina situado em Mangabeira VII tem seu atendimento destinado às crianças de zero a três anos sendo distribuídas em 4 turmas. As duas funcionam em horário integral. A visita a esses CREIs não foi possível, devido a pesquisa ter sido finalizada, mas a construção dos mesmos foi citada, devido a satisfação que sentimos ao comprovar a importância para o desenvolvimento da criança as interações nos espaços coletivos.

Diante do exposto, ainda percebe-se que durante as visitas e conversas com as gestoras, que sempre enfatizam a alimentação e a higienização das crianças, como algo superior, ao espaço das salas, e ao tempo que deveria, ser destinado às brincadeiras. Os CREIs visitados possuem área externa com parque, mas as condições, ainda precárias não permitem o uso dos espaços, as crianças permanecem nas salas, e as professoras e monitoras atuam como se fossem vigilantes, ocupando sempre o espaço da porta, para que não ocorram fugas.

## 5. APRESENTANDO A PESQUISA

O presente trabalho teve como referência a pesquisa desenvolvida no projeto intitulado “Educação Infantil, Direitos Humanos e Políticas Públicas: uma análise sobre os processos de institucionalização das creches em João Pessoa”, apoiado pelo PIBIC/CNPQ/UFPB. Teve como objetivo principal investigar do ponto de vista ético, político e educacional, a qualidade da educação infantil do município de João Pessoa/PB.

Foi desenvolvido um questionário para 68 Centros de Referência de Educação Infantil – CREIs para gestores das instituições e também entrevista com a equipe da coordenação de educação infantil para compreender como os instrumentos utilizados para aferir a qualidade da educação infantil são construídos.

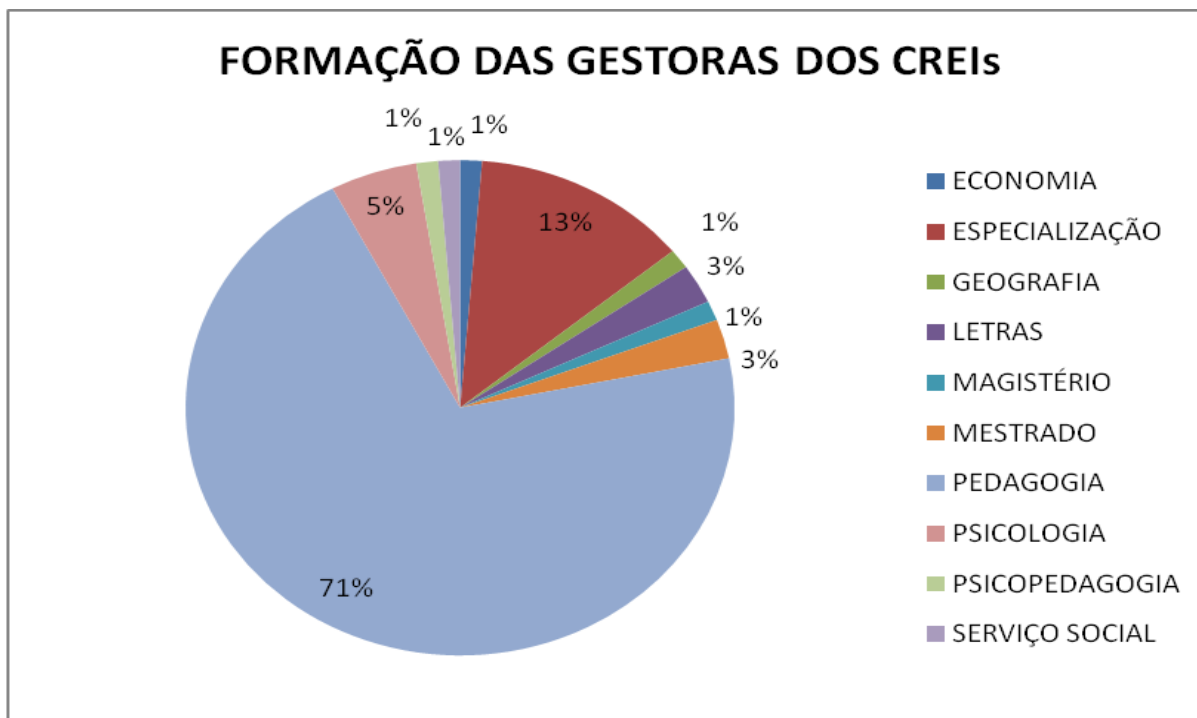
Elaboramos a construção dos dados referente a educação infantil no município, contendo a caracterização da estrutura física, humana e didática dos CREIs. No questionário aplicado aos gestores, sete questões deveriam ser respondidas. Foi feita a caracterização das instalações físicas se existe proposta pedagógica e como foi elaborada, a formação dos professores e o tempo de atuação no magistério da educação infantil. O atendimento prestado as crianças, qual o pessoal técnico que atuam com as crianças, quais recursos materiais e didáticos são utilizados na educação.

A pesquisa foi iniciada com a solicitação de visita aos CREIs junto a Direção de Gestão Curricular, assinada a autorização pelo diretor Gilberto Cruz de Araújo. Em seguida, a coordenação de educação infantil forneceu a tabela dos CREIs com os dados referentes, para efetivação do contato para agendamento das visitas.

Durante as visitas para preenchimento das informações permanecemos na sala da direção, após o passeio pelos CREIs para conhecer as instalações. Em dois CREIs nãoi permitiram a permanência em outros espaço, a gestora alegou que a presença da pesquisadora atrapalharia o andamento dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos com as crianças.

Os dados apresentados no gráfico têm como base a pesquisa realizada em 68 Centros de Referência de Educação Infantil (CREIs), os mesmos serão expressos em formas gráficas, objetivando uma melhor compreensão acerca da construção de dados que foi realizada ao longo da pesquisa. No gráfico a seguir percebe-se o nível de formação das gestoras dos CREIs, com isso enfatizamos uma importante observação no planejamento do trabalho que são efetivados com as crianças pequenas.

Gráfico 1 – Formação das Gestoras dos CREIs



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

A Resolução SEC nº 9 de 18 de maio de 2010 (Municipal - João Pessoa), que fixa normas para o credenciamento e autorização das Instituições Infantis públicas e privadas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa, trata em seu Capítulo V acerca dos profissionais da educação infantil e afirma que na cidade de João Pessoa,

**Art. 13.** O Gestor da instituição da educação infantil deverá ser um educador que tenha formação mínima em Licenciatura em Pedagogia. (CMEJP, Resolução SEC, 2010).

Desta forma, o gráfico 1 mostra, de forma representativa, o percentual referente à formação acadêmica das gestoras dos CREIs do município de João Pessoa. A representação evidencia que, conforme o estabelecido na resolução citada, a maioria das gestoras possuem formação mínima nos cursos de Licenciatura em Pedagogia (71%), sendo 55 o quantitativo representado no gráfico, das quais 10 possuem formação em cursos de especialização nas áreas de gestão escolar e educação infantil (13%) e 2 possuem Mestrado em Educação (3%). Diferente do curso de Pedagogia, temos 4 gestoras formadas em Psicologia (5%), 2 com Licenciatura em Letras (3%), 1 em Serviço Social (1%), 1 com formação em Magistério(1%) e que se encontra cursando Pedagogia, 1 em Economia(1%) também cursando Pedagogia, 1 em Psicopedagogia (1%), 1 em Geografia (1%) tendo formação em Magistério e 1 ainda

cursando Pedagogia. É válido destacar que na data da pesquisa, um CREI ainda não tinha, à frente de sua direção, uma gestora, sendo este cargo ocupado por secretária e coordenadora.

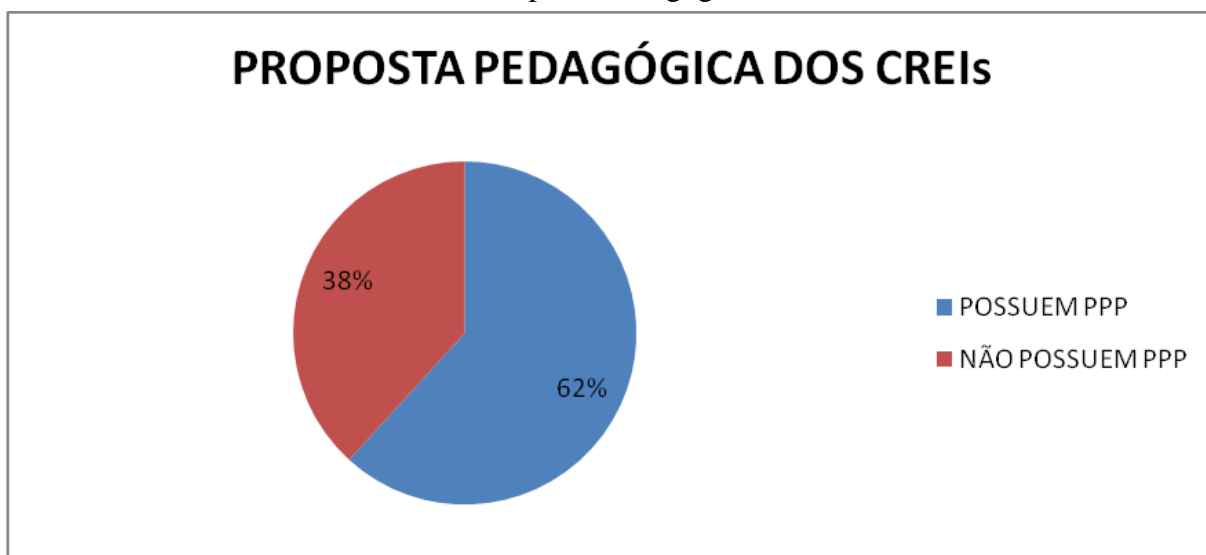
Art. 64º. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (LDB, 1996).

Segundo relatos da funcionária B, na equipe da Coordenação de Educação Infantil do município “as gestoras estavam cientes da perda do cargo’, caso uma fiscalização acontecesse, ou seja, em nenhum momento a equipe orientava, com relação a importância do trabalho a ser realizado com as crianças pequenas, a preocupação seria a punição e não a negação do direito.

Infelizmente, o exercício vai de encontro às normas legais estabelecidas, por uma política pública que visa efetivar o direito da criança a uma educação de qualidade.

Ressaltamos que na data da pesquisa, um CREI ainda não possuía gestora, a função estava sendo ocupada pela secretária e a coordenadora, o cargo oficialmente não existia.

Gráfico 2 - Proposta Pedagógica dos CREIs



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

O gráfico 2 mostra o percentual de CREIs que possuem, proposta pedagógica elaborada. Vale ressaltar que em junho de 2013, vinte e cinco CREIs foram municipalizados, estavam sobre a administração do Estado e foram repassados para o município. Portanto, 38%

que corresponde aos CREIs que não possuem o PPP estariam ainda em processo de construção segundo relato das gestoras e da coordenadora da educação infantil do município. Já os que possuem proposta pedagógica já se encontravam sobre a administração municipal e corresponde ao quantitativo de 43 CREIs.

Frente a isto, a Resolução SEC nº 9 de 18 de maio de 2010 (Municipal - João Pessoa) em seu Capítulo III trata da Proposta Pedagógica e da Avaliação da Educação Infantil e afirma que,

**Art. 7º** Compete às instituições de educação infantil, respeitadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil e as Normas do Sistema Municipal de Ensino, elaborar e executar sua proposta pedagógica, tendo como referencia as Diretrizes constantes do anexo à Resolução nº 003/2000, de 13.06.2000, deste Conselho. (CMEJP, Resolução SEC, 2010).

Partindo dessa compreensão, o RCNEI (1998) destaca a importância da proposta curricular nas instituições de educação infantil, e ressalta que,

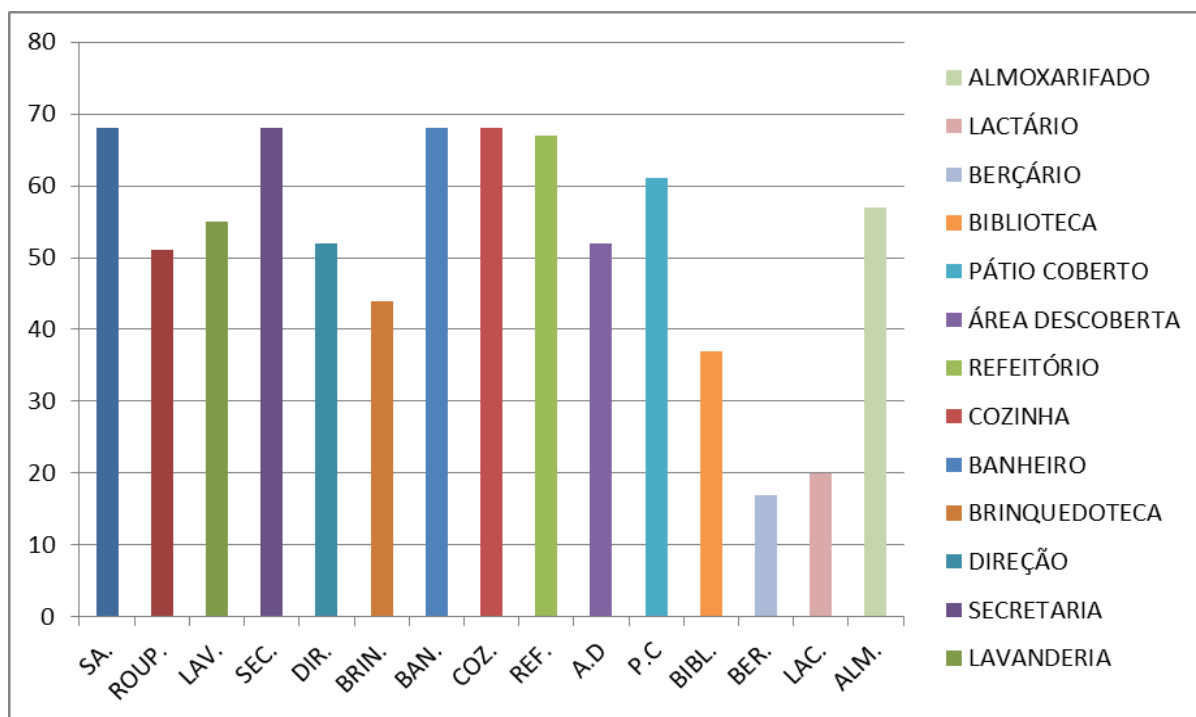
A elaboração da proposta curricular de cada instituição se constitui em um dos elementos do projeto educativo e deve ser fruto de um trabalho coletivo que reúna professores, demais profissionais e técnicos. Outros aspectos são relevantes para o bom desenvolvimento do projeto pedagógico e devem ser considerados, abrangendo desde o clima institucional, formas de gestão, passando pela organização do espaço e do tempo, dos agrupamentos, seleção e oferta dos materiais até a parceria com as famílias e papel do professor. (BRASIL, RCNEI, 1998, p. 66).

Portanto, o projeto político pedagógico das instituições deve ser elaborado coletivamente de maneira democrática, para que seja significativo para o desenvolvimento social da criança.

Perebe-se, que os CREIs, que possuem proposta pedagógica, elaboraram a partir dos projetos da Secretaria de Educação do Município de João Pessoa/PB, que disponibiliza eixos norteadores que devem ser contemplados nos PPPs. Infelizmente não conseguimos constatar a participação da comunidade na construção do projeto educativo dos CREIs, pois não constatamos momentos de encontro para essa finalidade.

No entanto, a funcionária B enfatizou a participação de membros da comunidade, diante da apresentação de projetos que envolvem o cotidiano da instituição, este passaria a ser implantado com atividades relacionadas ao cotidiano das crianças.

Gráfico 3 – Instalações Físicas dos CREIs



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

O gráfico 3 retrata o quantitativo de CREIs que possuem as instalações físicas nele presentes. A Resolução SEC nº 9 de 18 de maio de 2010 (Municipal - João Pessoa) faz menção às instalações físicas das instituições de educação infantil e afirma em seu Capítulo IV dos espaços, das instalações e dos equipamentos:

**Art. 11.** A oferta de educação infantil deverá atender às diferentes funções que lhe são próprias e conter uma estrutura básica que contemple:

- I - Espaço para recepção;
- II - Sala de Professores, para serviço administrativo-pedagógico e de apoio;
- III - Salas para as atividades das crianças, com ventilação adequada, iluminação natural e artificial e visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamento adequados;
- IV - Refeitório, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos, que atendam às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança, nos casos de oferta de alimentação;
- V - disponibilidade de água potável para consumo e higienização;
- VI - Instalações sanitárias completas, adequadas e suficientes para atender separadamente crianças e adultos;
- VIII - Área com incidência direta de raios de sol ou espaço externo que atenda a essa necessidade;
- IX - Área de serviço com lavanderia;
- X - Área coberta para atividades externas, compatível com a capacidade de atendimento por turno.

Parágrafo único. A área coberta mínima para as salas de atividades das crianças deve ser de 1m<sup>2</sup> por criança atendida. (CMEJP, Resolução SEC, 2010).

A análise quantitativa do gráfico nos revela os seguintes dados:

<b>68 CREIs</b>			
<b>SALAS</b> (68)	<b>ROUPARIA</b> (51)	<b>LAVANDERIA</b> (55)	<b>SECRETARIA</b> (68)
<b>DIREÇÃO</b> (52)	<b>BRINQUEDOTECA</b> (44)	<b>BANHEIROS</b> (68)	<b>REFEITÓRIO</b> (67)
<b>ÁREA</b> <b>DESCOBERTA (52)</b>	<b>PÁTIO COBERTO</b> (61)	<b>BIBLIOTECA</b> (37)	<b>BERÇÁRIO</b> (17)
<b>LACTÁRIO</b> (20)	<b>ALMOXARIFADO</b> (57)		

Fazendo uma análise das instalações físicas de acordo com a resolução municipal, podemos observar que alguns CREIs possuem a estrutura física presente na descrição da resolução anteriormente citada.

A estruturação do espaço físico das instituições de educação infantil implica diretamente na qualidade da educação, pois as práticas educativas que correspondem a um nível de qualidade são influenciadas pelos espaços que favorecem as experiências das crianças. Desta forma, o RCNEI (1998) destaca que,

A estruturação do espaço, a forma como os materiais estão organizados, a qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais de um projeto educativo. Espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. (BRASIL, RCNEI, 1998, p. 68)

Os indicadores da qualidade na Educação Infantil também fazem referência à importância da boa estruturação dos espaços físicos das instituições desse nível de ensino, e discorre que,

Os ambientes físicos da instituição de educação infantil devem refletir uma concepção de educação e cuidado respeitosa das necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos os seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo, criativo. Espaços



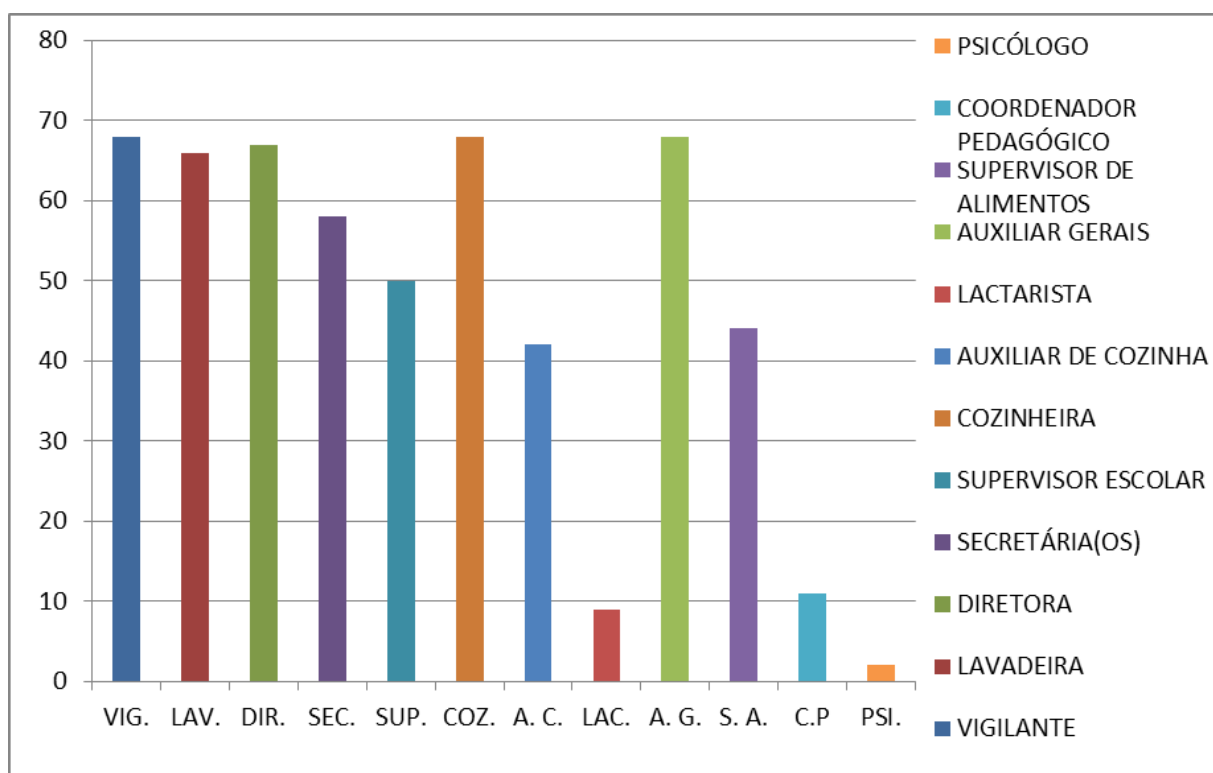
internos limpos, bem iluminados e arejados, com visão ampla do exterior, seguros e aconchegantes, revelam a importância conferida às múltiplas necessidades das crianças e dos adultos que com elas trabalham; espaços externos bem cuidados, com jardim e áreas para brincadeiras e jogos, indicam a atenção ao contato com a natureza e à necessidade das crianças de correr, pular, jogar bola, brincar com areia e água, entre outras atividades. (BRASIL, IQEI, 2009, p. 50)

Segundo os IQEI (2009), a estruturação dos espaços físicos reflete diretamente a concepção de educação que está sendo ofertada, e destaca que os ambientes físicos da instituição de educação infantil devem ser pensados e planejados de forma a respeitar, as necessidades de desenvolvimento das crianças.

Vale destacar que os CREIs são espaços adaptados como casas antigas ou prédios adaptados, sendo estruturas que infelizmente não possuem características adequadas de Instituição de Educação Infantil, porém predomina uma busca por parte das educadoras infantis em adequar os espaços para o acolhimento das crianças.

O gráfico a seguir nos permite uma compreensão do nível de formação das pessoas que atuam nos CREIs.

Gráfico 4 – Equipe Técnica dos CREIs



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

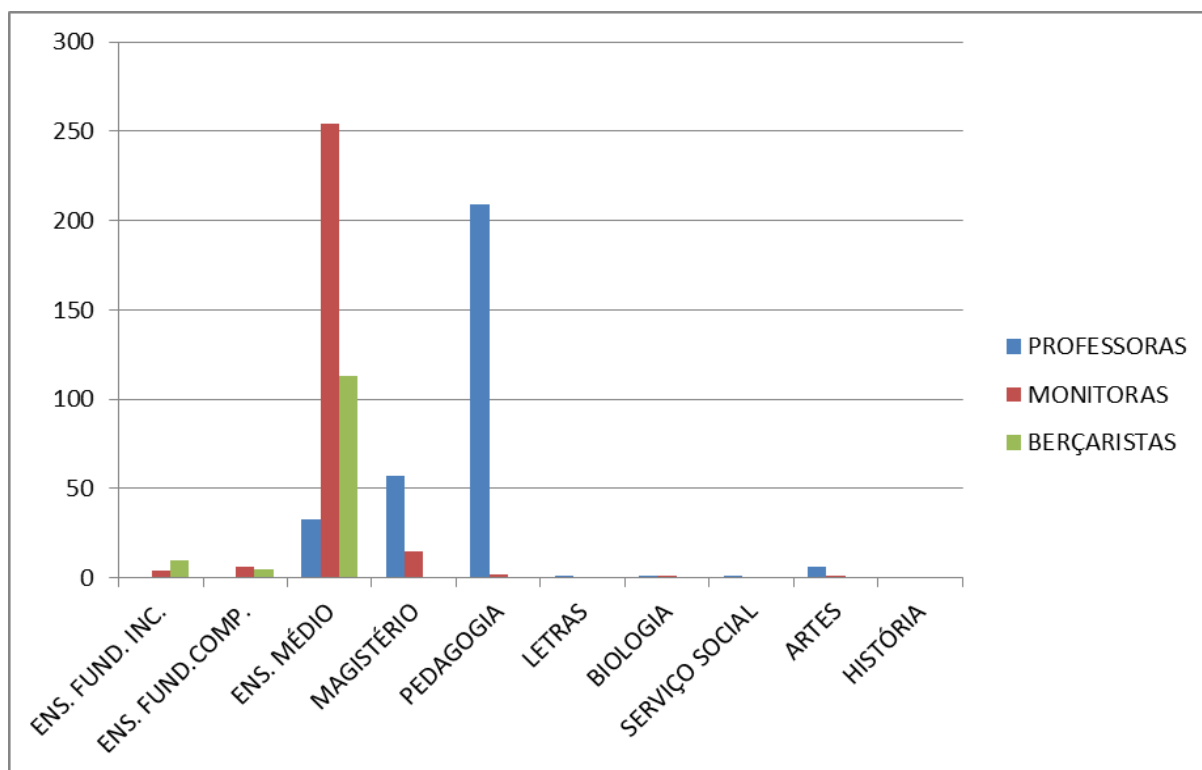
O gráfico 4 mostra o quantitativo de CREIs que possuem, em sua equipe técnica, os profissionais citados na legenda do próprio gráfico. Os profissionais, que se encontram descritos na legenda da representação acima, foram elencados mediante a construção dos dados da pesquisa realizada nos CREIs a Resolução SEC nº 9 de 18 de maio de 2010 (Municipal - João Pessoa) em seu Capítulo V, enfatiza que,

**Art. 15.** Os profissionais de enfermagem, psicologia, medicina, nutrição, serviço social e pedagogia, deverão compor direta ou indiretamente o quadro das instituições de educação infantil, para atendimento às crianças de zero a cinco anos. (CMEJP, Resolução SEC, 2010).

A Resolução SEC nº 9 de 18 de maio de 2010 (Municipal - João Pessoa), nos permite realizar o confronto entre teoria e prática, tendo em vista que o gráfico revela que muito dos profissionais, citados por essa legislação, não compõem a estrutura das equipes técnicas dos CREIs.

Os dados que comprovam esse desencontro entre teoria e prática são refletidos no quantitativo de instituições que possuem, em sua equipe técnica, os profissionais listados no gráfico 4, sendo este quantitativo de: 68 instituições possuem vigilantes, 66 lavadeiras, 67 diretoras, 58 secretária (os), 50 supervisor escolar, 68 cozinheiras, 42 auxiliares de cozinha, 9 lactaristas, 68 auxiliares gerais, 44 supervisores de alimentos, 11 coordenadores pedagógicos e 2 psicólogos. Estes dados nos revelam que a estrutura das equipes técnicas das instituições de educação infantil do município de João Pessoa não contemplam todos os profissionais descritos em sua própria legislação.

Gráfico 5 – Formação das Educadoras Infantis



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

O gráfico 5 representa o quantitativo total de professoras, monitoras e berçaristas dos 68 CREIs que foram visitados e suas respectivas formações acadêmicas. Essa representação teve como base a análise dos dados que foram construídos ao longo da pesquisa, dos quais foram analisadas as formações de 308 professoras, 283 monitoras e 128 berçaristas, esses números representam o total de profissionais que atuam diretamente com as crianças pequenas no contexto da sala de aula.

Primeiramente citaremos os números correspondentes às professoras e suas formações, 33 possuem ensino médio completo, 57 magistério, 209 licenciatura em Pedagogia, 9 possuem formação de nível superior em outras áreas.

Monitores temos 4 com ensino fundamental incompleto, 6 ensino fundamental completo, 254 ensino médio completo, 15 magistério, 2 licenciatura em Pedagogia, 1 licenciatura em Biologia, 1 licenciatura em História; já

As berçaristas 10 possuem ensino fundamental incompleto, 5 ensino fundamental completo, 113 com ensino médio completo.

Segue quadro abaixo:

	<b>E.F.I</b>	<b>E.F.C</b>	<b>E.M.C.</b>	<b>MAG.</b>	<b>PED.</b>	<b>OUTRAS LICENC.</b>	<b>TOTAL</b>
<b>PROFESSORAS</b>	00	00	33	57	209	09*	308
<b>MONITORAS</b>	04	06	254	15	02	02**	283
<b>BERÇARISTAS</b>	10	05	113	00	00	00	128

\* Letras (1), Biologia (1), Serviço Social (1), Educação Artística (6)

\*\* Biologia (1), História (1)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9394/96, trata em seu Título VI, art. 62 acerca dos profissionais da educação e faz menção quanto à formação destes, e cita que,

Em consonância à LDB, a Resolução SEC nº 9 de 18 de maio de 2010 (Municipal - João Pessoa) em seu Capítulo V trata dos profissionais e de suas respectivas formações acadêmicas, declarando que,

**Art. 14.** O docente para atuar na educação infantil deverá ser formado em nível superior, em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, em Universidades e Institutos Superior de Educação; admitida como formação mínima, em curso Normal Superior, ou oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

§ 1º Nas classes de Educação Infantil, além do professor, poderá haver monitores na condição de estagiários, sendo estudantes do Curso Normal em nível médio e/ou de nível superior, respectivamente.

§ 2º A partir de Janeiro de 2010, apenas serão admitidos professores, no ensino infantil, com a habilitação exigida no caput deste artigo. (CMEJP, Resolução SEC, 2010).

Os dados que foram relatados também se fazem presente em um estudo realizado pelo Ministério da Educação e que se encontram registrados no documento Política de educação infantil no Brasil: Relatório de avaliação (2009), que por sua vez declara que,

[...]os professores da pré-escola no Nordeste são menos qualificados do que os do Sudeste e os do Brasil em geral. Professores de pré-escola com formação de nível médio são 81% no Nordeste e 55% no Sudeste, enquanto os que têm educação universitária são, respectivamente, 14% e 43% [...](BRASIL, 2009, p.46)

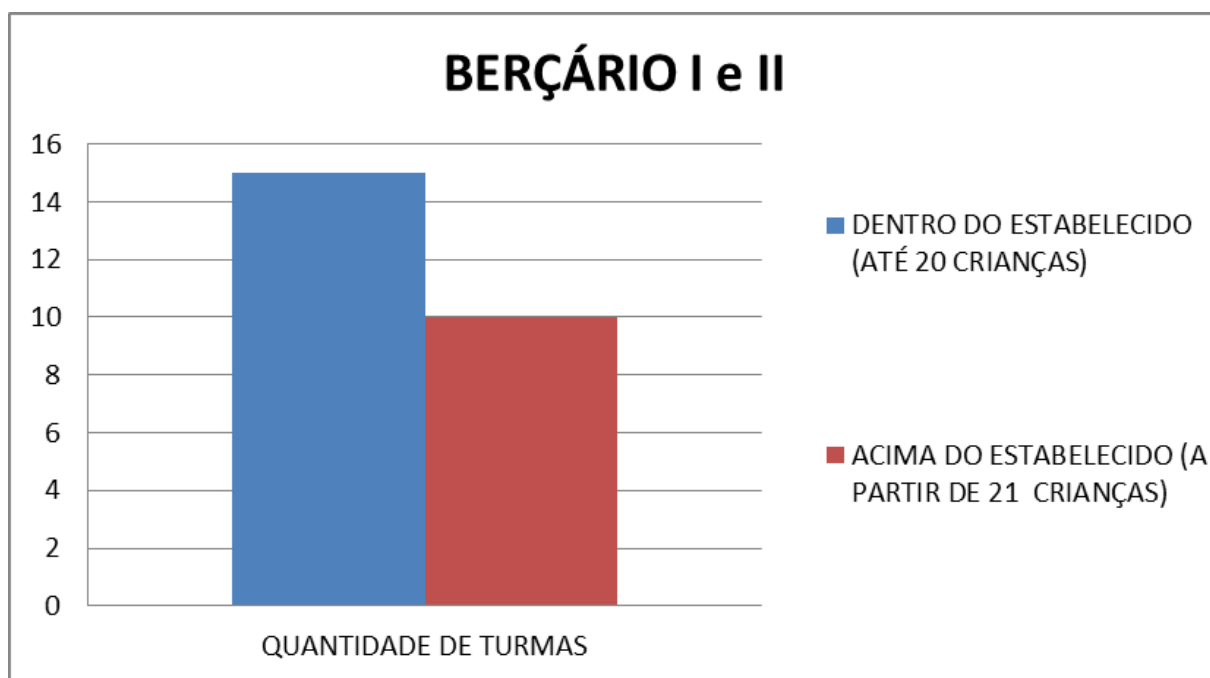
Este estudo comprova que ainda há muito, o que fazer no que diz respeito à formação e qualificação dos profissionais que trabalham com as crianças, pois essa formação, ou a sua ausência, reflete diretamente na qualidade da educação infantil e, consequentemente, no desenvolvimento da criança pequena. Bem como afirma os Indicadores da qualidade na educação infantil (2009):

Um dos fatores que mais influem na qualidade da educação é a qualificação dos profissionais que trabalham com as crianças. Professoras bem formadas, com salários dignos, que contam com o apoio da direção, da coordenação pedagógica e dos demais profissionais – trabalhando em equipe, refletindo e procurando aprimorar constantemente suas práticas – são fundamentais na construção de instituições de educação infantil de qualidade. (BRASIL, 2009, p. 54)

Portanto, é nítido o desafio frente à formação inicial e continuada dos profissionais da educação, e em especial da educação infantil, mas ainda sim, se faz necessário compreender que a formação desses profissionais que trabalham em creches e pré-escolas assume um papel de grande relevância para o sucesso do trabalho pedagógico na educação infantil.

O dado apresentado referente, aos gráficos 6, 7 e 8 que expõe o quantitativo das turmas de educação infantil, corresponde ao total de 67 CREIs, pois uma das instituições, não disponibilizou as informações referente a quantidade de turmas e crianças.

Gráfico 6 – Turmas do Berçário I e II



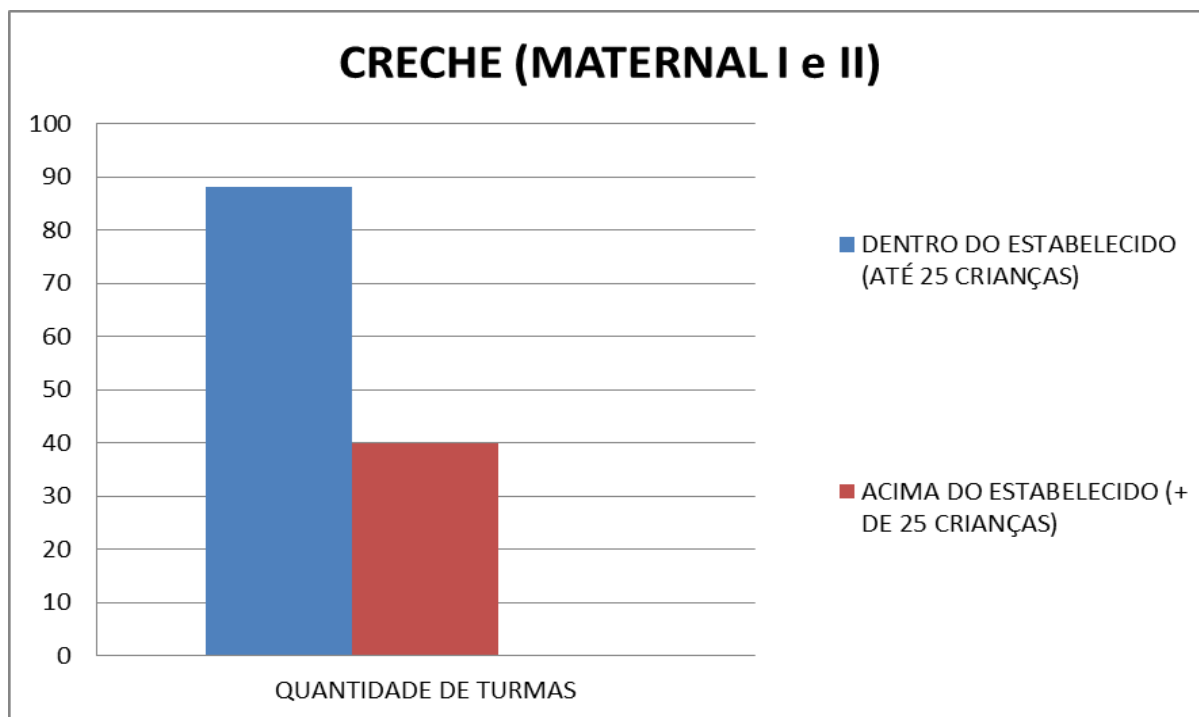
Fonte: Pesquisa de Campo/2014

O gráfico acima visa demonstrar a quantidade de turmas que apresentam o quantitativo de crianças nelas inseridas e se estas estão compatíveis com as orientações dos parâmetros de qualidade para educação infantil.

Nos Parâmetros de Qualidade Nacional para a educação infantil, volume 2 (2006), existe um comparativo entre a quantidade de adultos por números de crianças, este leva em consideração ao desenvolvimento da criança em espaços coletivos, uma professora ou um professor para cada 6 a 8 crianças de 0 a 2 anos. Segundo exposto no gráfico, apenas 15 turmas de berçário estão compatíveis com o estabelecido no documento norteador, já 10 turmas estão acima do estabelecido.

Os dados apresentados mostram que o quantitativo permitido no município é superior as orientações da legislação nacional vigente, no que tange a estruturação das turmas de educação infantil, que devido a demanda da comunidade. Sendo importante destacar que esse quantitativo elevado de crianças por turma reflete diretamente na qualidade da educação e no desenvolvimento integral da criança pequena respeitando apenas, o acesso enquanto a permanência e o êxito deixam a desejar.

Gráfico 7 – Turmas da Creche (Maternal I e II)



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

No gráfico 7 observamos que 88 turmas possuem o quantitativo estabelecido pelas diretrizes municipais(2014) e 40 turmas estão acima do permitido ultrapassando o número de

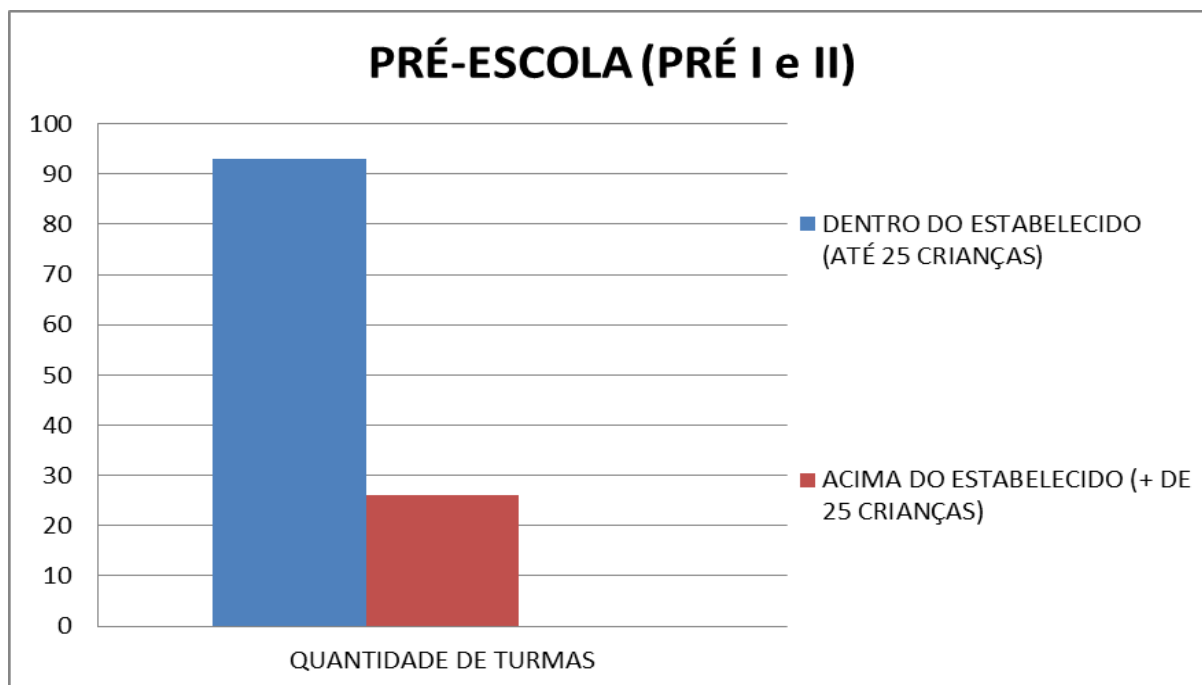
25 crianças por turma. Esses dados foram construídos com base nas Diretrizes para Organização das Unidades de Ensino da Rede Municipal de João Pessoa (2014).

O Parecer (CNE/CEB nº 20/2009) faz menção à quantidade de crianças por professor, e mais especificadamente, refere-se às turmas de creche (maternal I e II) quando destaca:

O número de crianças por professor deve possibilitar atenção, responsabilidade e interação com as crianças e suas famílias. Levando em consideração as características do espaço físico e das crianças, no caso de agrupamentos com criança de mesma faixa de idade, [...]15 crianças por professor (no caso de criança de dois e três anos) [...]. (BRASIL, CNE/CEB nº 20/2009)

Logo, percebemos que as instituições de educação infantil representadas no gráfico vão de encontro ao que é estabelecido pela legislação educacional. Os dados refletem uma realidade de salas lotadas, que excedem os limites do espaço físico e da disposição de profissionais, ocasionando, em muita das vezes, ambientes desorganizados, baixo índice de qualidade, insatisfação do profissional de educação e da criança, bem como implica diretamente no desenvolvimento integral da criança pequena.

Gráfico 8 – Turmas da Pré-Escola (Pré I e II)



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

O gráfico 8 mostra a quantidade de turmas e o quantitativo de crianças nelas inseridas, os dados representados acima foram construídos mediante as visitas realizadas em 68 CREIs, bem como apresentam como base o que se encontra estabelecido nas Diretrizes para

Organização das Unidades de Ensino da Rede Municipal de João Pessoa (2014), no que tange à organização das turmas, pois a mesma declara que as turmas da educação básica deverão ser organizadas observando as seguintes orientações: Pré-Escola – mínimo de crianças: 20, máximo de crianças: 25. Esse quantitativo deverá obedecer para cada 20 crianças uma professora ou professor, segundo PNQEI (2006).

Os números presentes na imagem gráfica representam as turmas de pré-escola (pré I e II) e são os seguintes: 93 turmas se encontram dentro do estabelecido até 25 crianças e 26 estão acima do permitido, no total 119 turmas contemplam as informações citadas sobre as turmas de pré-escola.

Por fim, após inúmeras visitas aos CREIs, passeios pelos diversos modelos de estruturas que não estavam preparadas para receber as crianças, percebe-se que durante décadas e prosseguindo em passos lentos, existe muito a se fazer para que as crianças pequenas ocupem na sociedade o melhor lugar, ou seja, aquele que de fato pertence as crianças.

Vale ressaltar, que no brilho dos olhos das crianças pequenas percebemos a felicidade garantida pelo acesso a um espaço coletivo de interações. Mas na ausência do planejamento ficou evidente que para o educador é essencial à compreensão a respeito, da relação de respeito e afetividade com o grupo de crianças.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que a qualidade está imbricada em parâmetros que necessitam caminhar juntos, não seria necessário uma estrutura adequada se os profissionais não possuem formação. Em contrapartida a formação é importante, mas o conhecimento acerca da especificidade predominante na educação infantil é essencial. O trabalho do educador é importante, mas os recursos materiais didáticos também estão associados ao trabalho que será desenvolvido no ambiente educacional.

A qualidade na educação infantil se encontra, onde estão os profissionais qualificados, que são valorizados, a infraestrutura das instituições responde a especificidade do trabalho com as crianças, os recursos didáticos, ou seja, esses aspectos devem estar aliados às políticas públicas voltadas para a educação das crianças.

O nível ideal de qualidade na educação infantil não pode ser algo que ao ser alcançado, seja satisfatório. A busca pela melhoria na educação infantil perpassa pela autonomia de todos os profissionais que atuam nas instituições de educação infantil. A forma de ingresso como profissional de educação deveria ser assegurado por meio do concurso público.

A partir dessa inserção o profissional de educação infantil alcançaria sua independência para o desenvolvimento das atividades com as crianças, e com isso efetivasse a ocupação do cargo por profissionais qualificados.

No âmbito das políticas públicas a melhoria no piso salarial do professor, prevendo uma formação continuada que prepare para o desenvolvimento do trabalho reconhecendo a complexidade que envolve as crianças em suas diferentes fases. A formação superior em Pedagogia é essencial, como ponto de partida do conhecimento, junto às crianças percebe-se que constantemente novos conhecimentos precisam de adquiridos.

A atuação do profissional na educação infantil está além da formação, o trabalho será desenvolvido com as crianças, desde que exista amor, paciência e muita dedicação. Os cuidados na instituição de educação infantil deverão ser complementares as que acontecem no ambiente familiar e educar é preparar a criança para a vida garantindo sua formação social mais ampla.

Para o desenvolvimento da criança é imprescindível possibilitar momentos de interação nos diferentes espaços coletivos, a vivência com outras crianças de diferentes faixas etárias e com os adultos é fundamental, pois assim, novas culturas são disseminadas.

No âmbito qualitativo educacional a criança deverá sempre o centro da elaboração de propostas que a elas são destinadas. O trabalhado no espaço educacional com as crianças corresponderá as suas necessidades e momentos de prazer promovem o desenvolvimento humano da criança.

É importante destacar que a educação é inerente as pessoas, com isso deve predomina a sensibilidade mediante a investigação do cotidiano das instituições, é perceptível que os números, gráficos e dados revelam aspectos que norteiam o trabalho de pesquisa tem como intuito a melhoria nas condições de trabalho e na oferta da educação.

Os projetos e as pesquisas ocupam um espaço bastante significativo principalmente no âmbito educacional, pois permitem que as diversas camadas sociais passem a refletir acerca da qualidade do serviço que é ofertado. Todavia, a postura crítica diante do contato com o campo de pesquisa não contribui para efetivação das ações, mas torna-se um aliado na busca pela melhoria da qualidade na educação infantil é imprescindível.

Nesta pesquisa buscou-se investigar o cotidiano das instituições de educação infantil do município de João Pessoa/PB, visando contribuir com a construção de indicadores de qualidade partindo do pressuposto das propostas já existentes.

As melhorias são consideráveis na educação infantil, a construção de 2 novos CREIs abarca novas oportunidades educacionais para as crianças de 0 a 5 anos, porém a excedente de crianças predomina por turma predomina nos outros CREIs. O município exige a formação mínima para atuar no magistério da educação infantil, mas em alguns CREIs as gestoras não possuem a formação em pedagogia.

Vale ressaltar que os CREIs possuem um espaço que deveria ser explorado, mas que infelizmente isso não acontece. O ambiente da sala de aula aprisiona as crianças impossibilitando a criatividade e a interação com crianças de diferentes faixas etárias, recursos didáticos existem, apenas para que as crianças sintam o desejo de explorar, pois em alguns CREIs os encontramos encaixotados em espaços visíveis, mas não disponíveis.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Luisa Nogueira de; DIAS, Adelaide Alves. Organização dos espaços nas creches: possibilidades e limites. In: **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. Vol 10, n. 21, p. 224-254, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewFile/338/380>> Acesso em 20 ago 2014.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL/MEC/INEP. **Dados do CENSO ESCOLAR 2013**. Brasília 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 05 out 1988.  
Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 02/07/2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 22/07/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. vol. 1. Brasília, DF: MEC/SEB/DPE/COEDI, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Encarte 1. Brasília, DF: MEC/SEB/DPE/COEDI, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069/1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente.  
Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.html)> Acesso em: 20 de julho de 2014.

CMEJP - Conselho Municipal de Educação de João Pessoa, **Resolução SEC nº 9**, de 18/05/2010 (Municipal - João Pessoa). Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao.php?id=175504>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IBGE. **Ensino: matrículas, docentes e rede escolar 2012**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250750&idtema=117&search=paraibajoa-o-pessoa|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012> > Acesso em 12 de julho de 2014.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo> > Acesso em 12 de julho de 2014.

KUHLMANN Jr., Moyses. **Histórias da educação infantil brasileira**. In: Revista Brasileira de Educação, n. 4, p.5-18, 2000. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14\\_03\\_MOYSES\\_KUHLMANN\\_JR.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_03_MOYSES_KUHLMANN_JR.pdf)>. Acesso em: 28/07/2014.

KUHLMANN Jr., Moyses. **Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922)**. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/969.pdf>

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Papel Social da Educação Infantil**. Brasília, 1999. Disponível em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObralForm.do?select\\_action=&co\\_obra=84587](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObralForm.do?select_action=&co_obra=84587) acesso em: 15 Jun. 2014.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Os primeiros passos na construção das ideias e práticas de educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL 2014 – 2024. Disponível em : <http://pne.mec.gov.br/?pagina=inicial>, acesso em 11/08/2014.

VYGOTSKY, Lev. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes. 4. Ed, 1991.

ZABALBA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

# APÊNDICES

## **Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre os processos de institucionalização das creches do município de João Pessoa e está sendo desenvolvida por Auciele de Oliveira Silva, aluna do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Doutora Adelaide Alves Dias.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas educativas e os processos de institucionalização das creches públicas no município de João Pessoa, de modo a contribuir com a implementação de políticas públicas que garantam a efetiva qualidade educacional para crianças pequenas e tem como propósito ampliar e fortalecer a cidadania e os direitos humanos das crianças pequenas. Os objetivos específicos são investigar o cotidiano das instituições de educação infantil do município de João Pessoa e averiguar o ordenamento político jurídico e suas recentes mudanças no que diz respeito à formulação de políticas públicas para a educação infantil. A finalidade deste trabalho é contribuir para a melhoria do trabalho docente no berçário, bem como do serviço prestado a comunidade.

Solicitamos a sua colaboração para o preenchimento da ficha de informações, entrevista e observações da prática, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área social e humana - Educação e publicar em revista e periódicos científicos. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador (a) Responsável Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar a pesquisadora Jéssica Nascimento Martins. Endereço: (Setor de Trabalho); Programa de Pós Graduação em Educação – Campus I – UFPB. Telefone: (83) 8892-8197.

## Apêndice II – Ficha de Registro de Visita a uma Instituição de Educação Infantil

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS  
CURSO DE PEDAGOGIA  
PROFESSORA: ADELAIDE ALVES DIAS  
FICHA DE REGISTRO DE VISITA A UMA INSTITUIÇÃO DE  
EDUCAÇÃO INFANTIL

### Participantes da Equipe:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_

### Identificação da Instituição:

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Nome do (a) gestor(a): \_\_\_\_\_

Tipo de instituição: ( ) municipal ( ) conveniada ( ) particular ( ) estadual ( )  
comunitária ( ) outra Qual? \_\_\_\_\_

1. Como são as instalações físicas?

(salas de aula, secretaria, brinquedoteca, biblioteca, banheiros, cozinha, refeitório, lactário, área descoberta - pátio, solário etc, brinquedos)

2. Há uma proposta pedagógica? Qual? Como foi elaborada? Por quem?

3. Qual é a formação dos (as) professores(as)? E quanto tempo têm de atuação no magistério da educação infantil? (listar todos os professores - incluindo auxiliar, monitor, recreador, berçarista, etc e suas respectivas formações).

4. Atendimento prestado à criança (quantidade de crianças atendidas por turma, turno e faixa etária).

5. Qual é o pessoal técnico e de apoio que atuam diretamente com as crianças?

(listar todos os demais profissionais - não docentes - que atuam na instituição com suas respectivas formações e tempo de atuação na educação infantil).

6. Que recursos materiais e didáticos são utilizados na educação das crianças da educação infantil?

7. Outras observações julgadas pertinentes.

### Apêndice III – Termo de Autorização para realização da pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
NÚCLEO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOBRE A CRIANÇA



João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

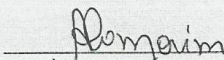
Senhor (a) Diretor (a): \_\_\_\_\_

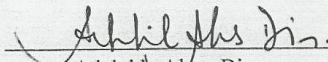
O Grupo de Pesquisas e Estudos sobre a Criança, vinculado ao NUPEC/PPGE/UFPB, tem como objetivo, desenvolver atividades de pesquisa, de ensino e de formação de recursos humanos em nível de graduação e de pós-graduação, na área específica de Educação Infantil. Desenvolve projetos de pesquisa nas seguintes temáticas: formação do educador infantil, políticas públicas para a educação infantil, currículos, metodologia e práticas em educação infantil e educação infantil enquanto direito humano à educação.

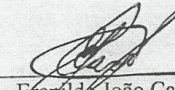
Neste ano, o CNPQ, através do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) aprovou o projeto de pesquisa intitulado *Educação Infantil, Direitos Humanos e Políticas Públicas: uma análise sobre os processos de institucionalização das creches em João Pessoa* para ser desenvolvido nas instituições de Educação Infantil Municipais de João Pessoa cujo objetivo principal é aprofundar e ampliar as análises que vimos desenvolvendo desde 2011 sobre processos de institucionalização das creches públicas municipais e as práticas educativas que se desenvolvem com crianças de zero a cinco anos na cidade de João Pessoa, de modo a contribuir com a implementação de políticas públicas que garantam a efetiva qualidade educacional para crianças pequenas e tenham como propósito ampliar e fortalecer a cidadania e os direitos humanos das crianças pequenas.

Para que seja possível a realização da pesquisa, solicitamos a colaboração de V.Sa. no sentido de acolher e acompanhar as alunas/bolsistas/pesquisadoras *Auciele de Oliveira Silva* e *Jéssica Nascimento Martins* nas atividades constantes do cronograma do projeto.

Na certa,

  
Ana Luiza Nogueira de Amorim  
Coordenadora em Exercício do NUPEC

  
Adelaide Alves Dias  
Coordenadora do Projeto

  
Erenildo João Carlos  
Coordenador do PPGE  
Dr. Erenildo João Carlos  
Coordenador PPGE  
Mat. SIAPE 1024800



# **ANEXOS**

## Anexo 1 – Proposta d projeto CREI nota 10

PRÊMIO INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE  
JOÃO PESSOA

## 2ª CATEGORIA: Centro de Referência de Educação Infantil

## 1-GESTÃO ADMINISTRATIVA 30%

1.2 Documentos de Regularidade Escolar	Percentual/ pontuação
- Cronograma de reuniões quinzenais de planejamento de atividades pedagógicas com apresentação das respectivas atas.	5,0 %
-Lista atualizada com nome, endereço, idade e filiação das crianças atendidas pelo CREI.	5,0 %
1.3 Acompanhamento da frequência e das Atividades na Formação Continuada	20%

## 2-GESTÃO PEDAGÓGICA 70 %

2.1 Avaliação de atividades pedagógicas voltadas para o desenvolvimento infantil	Percentual/ pontuação
- Vivências de atividades corporais, musicais, movimentos, atividades lúdicas adequadas à idade, registradas em fichas mensais do desenvolvimento de cada criança.	10%
- Vivências de processos de leitura não verbal (artes visuais; atividades lúdicas adequadas à idade), registradas em fichas mensais de desenvolvimento de cada criança.	15%
- Vivências de atividades de Linguagem oral e escrita (produção de textos verbais e não verbais; atividades lúdicas adequadas à idade), registradas em fichas mensais de desenvolvimento da criança)	15%
2.2 Projeto Político Pedagógico	Percentual/ pontuação
-Atualização do Projeto Político Pedagógico	10%
- Apresentação de 02(dois) projetos interdisciplinares com a participação da família (proposto pela SEDEC ou pela própria escola), apresentação de registro das ações desenvolvidas.	10%
-Relatório das ações pedagógicas propostas no PPP, considerando a promoção da saúde das crianças.	10%

## Anexo 02 – Mapa de Acompanhamento das unidades



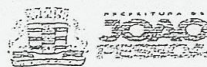
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO CURRICULAR  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ARTICULAÇÃO E AVALIAÇÃO  
COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

### MAPA DE ACOMPANHAMENTO DAS UNIDADES

NOME DO GREGO	DATA DA VISITA	DATA DA VISITA	DATA DA VISITA	DATA DA VISITA	DATA DA VISITA	DATA DA VISITA	TOTAL DE VISITAS
ADALGISA VIEIRA							
ALEXANDRE RAMALHO							
ANGELA M <sup>te</sup> MEIRA DE CARVALHO							
ANTONIETA ARANHA							
ANTONIO VARANDAS							
ASSIS TAVARES							
BENJAMIM MARANHÃO							
BERGALICE VASCONCELOS							
CALULA LEITE							
CREUZA PIRES							
CRIANÇA FELIZ							
CUSTÓDIA NOBREGA							
DELEGADA M <sup>te</sup> TEREZA							
DIOTÍLIA GUEDES							
DOM MARCELO							



## Anexo 02 – Manual de funcionamento e estrutura dos CREIs municipais (28 páginas)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO CURRICULAR-DGC  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ARTICULAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS E CREIS  
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL



Janeiro/2014

MANUAL DE ESTRUTURA E  
FUNCIONAMENTO DOS CREIS  
MUNICIPAIS



**Luciano Cartaxo Pires de Sá**

Prefeito

**Raimundo Nonato Costa Bandeira**

Vice Prefeito

**Luiz de Sousa Junior**

Secretário de Educação

**Edilma Ferreira Costa**

Secretaria Adjunta

**Gilberto Cruz de Araujo**

Diretor de Gestão Curricular

**Ivo Peron Rocha Leitão**

Diretor de Administração Financeira

**Max Rangel Formiga**

Diretor da Tecnologia da Informação e Comunicação

**Givanilda N. Diniz**

Chefe do DPAA

**Francineide Ribeiro Viana Santos**

Coordenadora de Educação Infantil

**Aldalian Sobreira Medeiros**

**Bruna Thaís de Macêdo Viegas**

**Alberto Black**

**Gioconda Maria Medeiros Azevedo**

**Ivanise Lira A. dos Santos**

**Lindinalva de Alcântara Correia**

**Maria da Conceição P. F. Alves**

**Maria Auxiliadora Amaral Di Lorenzo**

**Maria da Conceição Pereira de Farias**

**Maria do Socorro Gomes O. de Medeiros**

**Roberta Melo de Carvalho**

**Silvania Viana dos Santos**

**Suênya Karla Soares de Farias**

**Walcira da Silva Costa**

Equipe Técnica

Manual elaborado pela Coordenação de Educação Infantil

Centro Administrativo Municipal (SEDEC)

End. Avenida Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria

Email: educaçãoinfantil.dgc@gmail.com Tel: 3218-7055

*“Feliz é aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”*

*Cora Coralina.*



## SUMÁRIO

<b>I DO FUNCIONAMENTO DOS CREIS.....</b>	<b>07</b>
1. Horário de acolhimento das crianças, funcionários e gestores.....	07
2. Matrícula da Criança.....	07
3. Desligamento da Criança .....	08
4. Calendário Letivo .....	08
5. Calendário Pedagógico.....	08
6. Reuniões de Pais e de Funcionários .....	08
7. Agrupamento por faixa etária.....	09
<b>II DAS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE: GESTOR, FUNCIONÁRIO E ESPECIALISTA.....</b>	<b>09</b>
8. Distribuição da equipe nos CREIS.....	09
9. Atribuições da equipe.....	10
9.1 Do papel, da responsabilidade e das atribuições da gestora.....	10
9.2 Do papel e da responsabilidade da equipe pedagógica: especialista e professor.....	10
10. Orientações sobre os diários de classe.....	11
11. Eixos Bimestrais.....	12
<b>III. DA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CREIS).....</b>	<b>13</b>
10. Dependências.....	13
10.1 Administrativa.....	13
10.2 Apoio .....	13
10.3 Pedagógica.....	14
11. Infraestrutura.....	14
12. Patrimônio.....	14
<b>IV DA ROTINA.....</b>	<b>15</b>
13. Rotina de Atividades .....	15
13.1 Berçário.....	15
13.2 Maternal.....	15
13.3 Pré-escolar.....	16
14. Saída do CREI.....	16
15. Atividades extraclasse.....	17
16. Orientações Nutricionais.....	17
17. Orientações e Cuidados de Saúde .....	18
17.1 Enfermidades ou mal-estar da criança.....	18
17.2 Atuação em caso de Acidente.....	18
17.3 Atuação em casos de maus tratos.....	19
17.4 Normas de Convivência e Prevenção de Tabagismo.....	19
18. Procedimentos Administrativos.....	19
19. Órgãos Parceiros.....	20
20. Telefones úteis.....	20
21. Divisão dos CREIS por polos.....	22
22. Anexos.....	24
22.1 Calendário.....	24
22.2 Ficha de matrícula.....	26
<b>V FONTES DE PESQUISA.....</b>	<b>28</b>



## APRESENTAÇÃO

O presente MANUAL reúne um conjunto de procedimentos orientadores relativos aos aspectos organizativos e de funcionamento dos Centros de Referências de Educação Infantil para as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade. Tem como objetivo fortalecer o processo de gestão na busca da qualidade dos serviços oferecidos à clientela usuária.

Neste sentido, torna-se importante que a gestão seja democrática e participativa, dentro de um marco de cooperação e participação, levando em consideração o conhecimento técnico, as experiências dos profissionais e o saber das famílias com relação aos seus filhos.

Com essa finalidade o presente documento oferece questões importantes para o desenvolvimento e a sistematização do trabalho, pois a razão de ser do trabalho em CREI é a criança e o seu desenvolvimento integral.

## I DO FUNCIONAMENTO DOS CREIS

### 1. Horário de acolhimento das crianças, funcionários e gestores

- O horário de funcionamento dos CREIS municipais é de 7:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira, com tolerância de 15 minutos na entrada e saída das crianças ou em caso excepcionais. É importante que esses horários sejam respeitados para o bom funcionamento das atividades;
- Quando da entrada, após esse limite de horário, a criança será encaminhada à turma e o responsável deverá dirigir-se a coordenação. Após 30 minutos de tolerância esse atraso será registrado no Livro de Registro e deverá ser assinado pelo responsável. Em casos constantes, o responsável será advertido pela direção. Após três atrasos consecutivos, a direção da unidade acionará o órgão responsável pela criança.

Obs.: A frequência regular das crianças desde o início facilita a sua integração no grupo e também as novas aquisições (autonomia, identidade, etc..). No caso de consultas médicas, vacinas ou outros motivos, a direção deve exigir dos pais/responsáveis a comunicação com antecedência.

- Para os funcionários o expediente de trabalho será de 40 horas semanais. No caso de consulta médica, o funcionário deverá comunicar com antecedência, à direção, fazendo-se acompanhar por atestados médicos;
- Aos titulares dos cargos de direção o horário de trabalho será integral. No caso de necessitar ausentar-se do CREI, um funcionário deverá ficar responsável pela direção.

### 2. Matrícula da Criança

- As crianças dos CREIS da Rede Municipal de Ensino terão a matrícula automaticamente renovada, fazendo-se necessária a confirmação da matrícula no período de 02 a 31 de janeiro de 2014, com a presença dos pais ou responsáveis na Unidade de Ensino;
- A matrícula de crianças novatas será feita mediante o preenchimento da Ficha de Matrícula pelo responsável sendo necessário acompanhar na ficha os seguintes documentos:
- Cópia de certidão de nascimento da criança, 2 fotos 3x4, cópia do cartão de vacina atualizada, exames de fezes, sangue e urina recentes, número do NIS da mãe e da criança matriculada, cartão do SUS.



Obs.: As matrículas deverão ser renovadas a cada ano e requer atualização dos dados da criança e dos documentos solicitados acima.

### 3. Desligamento da Criança

- O desligamento da criança só será efetivado depois de assegurada a sua matrícula na escola regular a partir de 05 anos e 09 meses ao término do ano letivo;
- Quando ocorrer 15 dias de faltas consecutivas, a direção do CREI deverá entrar em contato com os responsáveis da criança a fim de detectar as possíveis causas. Uma vez persistindo as faltas por mais 15 dias sem justificativa, e sem localização da criança deverá ser encaminhada ao Conselho Tutelar;
- Em caso de negligência da família o Conselho Tutelar deverá ser acionado para tomar as devidas providências.

### 4. Calendário Letivo

O ano letivo iniciará na primeira semana de fevereiro e terminará em dezembro, conforme previsto no calendário letivo do ano em curso. Salientando que, durante o mês de Janeiro os CREIS funcionam com Colônia de Férias para as crianças, conforme planejamento.

### 5. Calendário Pedagógico

Durante o ano letivo haverá Encontros Pedagógicos para os especialistas e educadores. O planejamento pedagógico deverá ter como referência as Diretrizes norteadoras da política educacional da secretaria de educação de João Pessoa, seguindo os Eixos Bimestrais.

### 6. Reuniões de Pais e de Funcionários

- A realização de reuniões de pais e ou/ responsáveis deverão ocorrer bimestralmente com a participação dos educadores, as mesmas devem ser informadas com antecedência a esta coordenação e aos pais, e deverão ter caráter pedagógico e de cooperação com os órgãos parceiros (Conselho Tutelar, Saúde da Família, Coordenação Infantil, CRAS e CREAS). Cada reunião deverá ser planejada antecipadamente (com pauta definida, objetivos

claros e sempre acompanhados da lista de frequência e registrados em atas);

- Promoção de reuniões periódicas com todos os funcionários para discussão e avaliação do funcionamento do CREI (registro em ata).

#### NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA

NÍVEIS DE ENSINO	Nº MÍNIMO DE ALUNOS	Nº MÁXIMO DE ALUNOS
<b>Educação Infantil</b>		
Berçário	10	18
Maternal	15	20
Pré – Escola	20	25

Obs. Podendo haver alterações de acordo com a necessidade, desde que sejam oferecidas as condições.

#### 7. Agrupamento por faixa etária

NÍVEIS DE ENSINO	FAIXA ETÁRIA
<b>Educação Infantil</b>	
Berçário I	04 meses a 11 meses
Berçário II	01 ano a 01 ano e 11 meses
Maternal I	02 anos
Maternal II	03 anos
Pré I	04 anos
Pré II	05 anos

## II DAS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE: GESTOR, ESPECIALISTAS E PROFESSORES.

#### 8. Distribuição da equipe nos CREIS

CARGO	FUNÇÃO
Coordenação	Gestora
Apoio administrativo	Secretária
Setor pedagógico	Especialista, professores polivalentes, de música, artes, educação física e monitores.
Apoio	Aux. de serviço, cozinheiras, aux. de cozinha, lavadeira, vigilantes, lactarista e berçarista (caso haja berçário)
Educação especial	Professor de sala de recursos (caso haja sala de recursos) e cuidadora



## 9. Atribuições da equipe:

### 9.1 Do papel, da responsabilidade e das atribuições da gestora

A gestora tem um papel essencial no CREI. Ela é a referência tanto para os pais assim como para as crianças e os funcionários. Além de manter uma boa organização do espaço e a capacidade em relações humanas deve apresentar um bom desempenho de suas funções. Isso implica que a adoção de medidas deve estar alinhada:

- Aos princípios de uma gestão democrática e participativa;
- Aos aspectos legais que regem a Educação Infantil contemporânea;
- As normas, aos objetivos e as Diretrizes Norteadoras da Política Educacional da Secretaria de Educação de João Pessoa;
- Receber os visitantes, estagiários e novos funcionários apresentando as instalações, a equipe e as atividades desenvolvidas;
- Zelar pela manutenção de um bom clima de relações humanas dentro do CREI (profissionais, crianças e pais/responsáveis) visando uma educação que possibilite uma integração democrática e participativa entre ambos;
- Garantir o cumprimento do calendário letivo, o horário dos funcionários e rotina de trabalho estabelecido;
- Assegurar o tombamento e responsabilização pela guarda, conservação e manutenção dos móveis e equipamentos do CREI;
- Promover reuniões periódicas com todos os funcionários para discussão e avaliação do funcionamento da unidade;
- Adotar decisões de emergência, comunicando de imediato as ocorrências a Coordenação de Educação Infantil;
- Remeter relatórios semestrais (junho e dezembro) a Coordenação de Educação Infantil sobre as atividades realizadas.
- Implantar ou implementar o Projeto Político Pedagógico, quando se fizer necessário.

### 9.2 Do papel e da responsabilidade da equipe pedagógica: especialista e professor

#### Especialista:

- Cumprir com sua carga horária estabelecida em contrato;
- Colaborar na construção e acompanhamento dos projetos e planejamentos por turmas;

- Zelar pelo bom andamento da Unidade;
- Acompanhar os diários e se possível verificá-los semanalmente para evitar transtornos posteriores, observando (os registros das aulas, o diagnóstico, a frequência, entre outros);
- Ser parceiro ajudando o professor no desenvolvimento de suas atividades e em especial (dificuldades);
- Elaborar a cada reunião uma ata em livro destinado a esse fim com as discussões da reunião e os encaminhamentos;
- Participar da elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico (PPP);
- Participar das reuniões de pais, inovando (lembrar-se das parcerias);
- Elaborar e executar o plano de ação.

#### Professor:

- Cumprir com sua carga horária estabelecida em contrato;
- Zelar pelo bom andamento da sua turma;
- Registrar as aulas diariamente de acordo com o que foi executado;
- Planejar aulas de acordo com a realidade de sua turma de forma criativa e prazerosa;
- Elaborar e executar o planejamento semanal de acordo com o plano de curso;
- Avaliar as crianças diariamente observando-as e registrando seus avanços quando significativos;
- Ter zelo e cuidado com o diário de classe sendo coerente quanto ao registro do desenvolvimento de cada criança no diagnóstico;
- Construir em sala de aula um ambiente alfabetizador (evitar poluição visual).

#### 10 Orientações sobre os diários de classe:

- O registro deve ocorrer diariamente;
- Preencher com atenção os descritores com suas respectivas legendas;
- Cuidado com erros ortográficos e rasuras no referido documento;
- Preencher com coerência o desenvolvimento psicológico-social-físico e pedagógico da criança nos diagnósticos evitando repetições, pois cada aluno tem sua singularidade;



- Ressaltar ainda sobre os registros das aulas enfatizando apenas os conteúdos e atividades trabalhados em sala de aula;
- Não permitir registros como: a unidade fechou, dedetização, desenhos, ponto facultativo, feriados e festas;
- Com relação à frequência dos alunos, só deverá ser preenchido F para faltas e ponto (.) para presença do aluno;
- Ao final de cada bimestre totalizar a frequência;
- Não admitir (FE) para feriados, (FJ) para faltas justificadas;
- As faltas dos alunos devem ser justificadas no espaço de observações, relatando o motivo da ausência dos mesmos segundo pais ou responsáveis, assinando e datando;
- Casos com problemas de saúde anexar o atestado;
- Usar sempre a linha do lado esquerdo (nunca usar o meio da página);
- É facultativo o uso das letras S (sábado) e D (domingo);
- Os alunos desligados ou transferidos devem ser informados no local de observação;
- Evitar colocar textos como: “a criança não progrediu por está muito agitada, agressiva”, ou termos outros que comprove negatividade. Lembre-se o diário é um documento permanente que fica na Unidade por longo tempo e manuseado por diferentes pessoas (Ministério Público, Conselho Tutelar e Secretaria da Educação).

#### 11 Eixos Bimestrais:

<b>Eu sou assim!</b>	1º BIMESTRE - 04/02 a 25/04/2014 = 53 dias
<b>Cuidando da natureza</b>	2º BIMESTRE - 28/04/ a 25/07/2014 = 49 dias
<b>Fazendo arte e contando histórias</b>	3º BIMESTRE - 28/07/ a 26/09/2014 = 42 dias
<b>Somos cidadãos</b>	4º BIMESTRE - 29/09/ a 18/12/2014 = 56 dias

Os Eixos Bimestrais devem ser trabalhados por bimestre com todas as turmas, inclusive o berçário, através de projetos didáticos, construídos coletivamente com a contribuição da gestora, especialistas, professores (polivalente, artes, música e educação física), monitores e berçaristas, de forma interdisciplinar perpassando os componentes curriculares (linguagem oral e escrita, matemática, natureza e sociedade, música, movimento e artes visuais).

### ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS:

- ✓ Retirar (das salas o material pedagógico exposto durante o bimestre, quando do seu encerramento);
- ✓ Trabalhar preferencialmente com letras em bastão;
- ✓ Criar o cantinho da leitura (fazer em TNT, napa ou tecido, cordão com pegador de roupa), utilizando a criatividade explorando a linguagem escrita com caixas de surpresa, revistas, gibis, jornais, rótulos, livros paradidáticos, fantoches, contação de histórias;
- ✓ Construção das listas com os nomes das crianças inicialmente em letra bastão;
- ✓ Utilizar jogos pedagógicos e outras atividades que desenvolvam o raciocínio lógico, respeitando o nível cognitivo das crianças;
- ✓ Criar situações- problemas partindo da realidade da criança;
- ✓ Trabalhar com materiais concretos e construtivos dentro da proposta pedagógica adequada para educação infantil.

### III DA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CREIS)

#### 10 Dependências:

##### 10.1 ADMINISTRATIVA

- Recepção;
- Coordenação;
- Secretaria;
- Almoxarifado;
- Salas de aula;
- Sala de especialistas/professores;
- Sanitário adulto;
- Sanitário acessível (PNE).

##### 10.2 APOIO

- Cozinha c/ despensa;
- Refeitório;
- Lactário;
- Rouparia
- Área de serviço e área aberta;
- Sanitários fem. e masculino c/ vestiário;
- Depósito geral;



### 10.3 PEDAGÓGICA

- Salas de aula e espaços Pedagógicos

Dependências	Faixa etária
01 sala de berçário 1	4 meses a 1 ano
01 berçário 2	1 ano e 11 meses
01 maternal I	2 anos
01 maternal II	3 anos
01 sala de pré-escola I	4 anos
01 sala de pré-escola II	5 anos
Anfiteatro	Geral
Playground	Geral
Espaço aberto para recreação.	Geral

### 11 Infraestrutura

Cada ambiente das unidades é construído e dimensionado para atender a uma determinada função, não devendo ser modificado, pois, as alterações feitas podem trazer prejuízos à estrutura física, comprometendo o trabalho pedagógico, a exemplo, de uma sala de aula, transformada em brinquedoteca.

### 12 Patrimônio

Neste tópico queremos lembrar a importância dos bens permanentes adquiridos pelas unidades, eles são enviados de acordo com a necessidade de cada ambiente. É necessário o cuidado e zelo com estes mobiliários e equipamentos, caso haja danos ao patrimônio, à gestora deve informar e solicitar o conserto do mesmo. Caso a equipe especializada verifique que o item não foi recuperado, ela deverá solicitar recolhimento e substituição do mesmo, através de ofício direcionado ao Gabinete da SEDEC, com relação em anexo do patrimônio e seu respectivo tombamento.

OBS: Os espaços escolares da Educação Infantil devem estar sempre organizados a fim de atender as necessidades de cuidado e educação das crianças, pois estes influenciam o desenvolvimento integral das mesmas.

#### IV DA ROTINA

A rotina do CREI entende o valor educativo em todos os momentos e sequências de atividades. Uma grande parte dos objetivos da educação infantil apoia-se em situações da vida cotidiana e do cuidado pessoal da criança: higiene, refeições, descanso, brincadeiras, música, artes, linguagem oral e escrita, movimento entre outros. Por isso, essas atividades são mediadas pelos educadores tendo em vista os projetos educativos e o planejamento diário.

##### 13. Rotina de Atividades

###### 13.1 Berçário

HORÁRIO	ROTINA
7:00 h	recepção dos bebês, higiene e troca de roupas
7:30 h	mamadeira e/ou café da manhã
8:00 h	atividades ao ar livre, banho de sol
8:30 h	estimulação e/ou brincadeiras (contação de histórias, músicas e/ou brinquedos)
9:00 h	mamadeira ou suco
10:00 h	banho
11:00 h	almoço
12:00 h	repouso (cantigas de ninar e/ou clássicas)
14:00 h	lanche (mamadeira ou suco)
14:30 h	brincadeiras e estimulação (atividades de artes: pintura, colagem e/ou rabiscos)
15:30 h	banho
16:00 h	jantar
16:30 h	contação de história e/ou cantigas de roda
16:45 h	troca de roupa e preparo para a saída
17:00 h	conversa com os pais e entrega das crianças

###### 13.2 Maternal

HORÁRIO	ROTINA
7:00 h	acolhida
7:30 h	café da manhã
8:00 h	roda de conversa
9:00 h	atividades dirigidas
9:30 h	atividade ao ar livre
10:00 h	banho
10:30 h	almoço
11:15 h	escovação dos dentes
11:30 h	repouso
13:30 h	lanche
14:00 h	atividades dirigidas
15:00 h	atividade ao ar livre (pátio e/ou recreio coberto)
15:30 h	banho
16:30 h	jantar
17:00 h	saída

Obs: Dois dias por semana, haverá atividades dirigidas, envolvendo Artes, Música e Educação Física.



## 13.3 Pré-escolar

HORARIO	ROTINA
7:00 h	acolhida
7:30 h	café da manhã
8:10 h	roda de conversa /atividades dirigidas
10:00 h	atividade ao ar livre
10:30 h	banho
11:15 h	almoço
11:30 h	escovação dos dentes
12:00 h	repouso
13:00 h	lanche
14:00 h	atividades dirigidas
15:00 h	atividade ao ar livre (pátio e/ou recreio coberto)
15:30 h	banho
16:30 h	jantar
17:00 h	saída

Obs: Dois dias por semana, haverá atividades dirigidas, envolvendo Artes, Música e Educação Física.

## 14. Saída do CREI

- A criança só será entregue ao(s) responsável (eis), conforme indicado na ficha de matrícula da criança, no final da jornada diária do CREI às 17:00h, mediante a apresentação do Cartão de Identificação da Criança;
- Outras pessoas, só mediante autorização expressa dada pelo (s) responsável (eis) mesmo que essa pessoa esteja de posse do Cartão de Identificação da Criança.

Obs: A entrega da criança não é permitida a menor de 18 anos, salvo quando autorizado por órgão judicial, ficando o CREI isento da responsabilidade de qualquer problema que ocorra com a criança após a saída da Unidade.

### 15. Atividades Extraclasses

- Cada CREI deverá planejar atividades extraclasses, enviando com antecedência a essa coordenação a programação com dia e hora e objetivo do referido passeio, bem como deve solicitar aos pais autorização por escrito para as crianças se ausentarem da Unidade e conduzir durante o percurso da viagem. No caso daquelas famílias que não consideram oportuno que seu filho (a) participe dessa programação, o CREI deve oferecer outras atividades;
- Fica terminantemente proibido pedir qualquer valor aos pais para custear eventos.

### 16. Orientações Nutricionais

Todos os CREIS dispõem de uma cozinha própria onde se elabora diariamente cinco refeições (café da manhã, lanche, almoço, lanche e jantar). Os cardápios são preestabelecidos pela equipe de nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação, elaborado de forma balanceada atendendo as necessidades nutricionais compatíveis com cada faixa etária. O mesmo só deverá ser alterado com autorização expressa da coordenação da merenda escolar.

**Obs:** Por razões higiênicas, sanitárias e organizativas as famílias não podem trazer alimentos de casa em substituição ao que proporciona a unidade infantil. A existência de dieta especial, prescrita pelo pediatra ou pelo nutricionista, será acordada entre a direção e a família.

- É de suma importância a implantação do **self-service** nos CREIS, considerando um processo de reeducação alimentar e obedecendo a critérios dos cardápios elaborados pelas nutricionistas, além da redução do desperdício. Para as crianças é uma oportunidade de escolher e optar pelo preparo do seu prato e dos gêneros alimentícios oferecidos, proporcionando as mesmas autonomia e independência nas suas escolhas alimentares.



## 17. Orientações e Cuidados de Saúde

O CREI é lugar de criança saudável, portanto, nenhuma criança que esteja com doença infectocontagiosa deverá frequentar a unidade, salvo com autorização do médico. Na suspeita de qualquer doença cabe a gestão solicitar aos pais que busque a ajuda de um especialista.

### 17.1 Enfermidades ou mal-estar geral da Criança

- Em caso de mal-estar ou qualquer alteração com a criança, o responsável será comunicado por telefone;
- A criança que apresentar doenças infectocontagiosas será afastada e só retornará mediante autorização, por escrito do médico pediatra;
- A criança não deve frequentar a creche/pré-escola quando apresentar manifestações relativas a:
  - ✓ Febre alta (acima de 38 graus);
  - ✓ Processos diarreicos (agudos ou infecciosos);
  - ✓ Estomatites (infecções e feridas na boca);
  - ✓ Erupções e outras alterações da pele (exceto se apresenta receita do pediatra com o diagnóstico que indique que não são contagiosas);
  - ✓ Conjuntivites infecciosas;
  - ✓ Vômitos repetidos;
  - ✓ Bronquites.

Obs. Em casos de crianças que estão tomando alguma medicação, o procedimento adotado nos CREIS será de não aplicação da medicação. A família deve ser orientada para que seja administrado em casa.

### 17.2 Atuação em Caso de Acidente

- Em caso de acidentes com a criança o responsável será comunicado e deverá comparecer imediatamente ao CREI. Com o consentimento da família, a direção da Creche deve providenciar a chamada do SAMU (192) ou transportar a criança ao hospital mais próximo da comunidade.

### 17.3 Atuação em casos de maus tratos:

- Havendo suspeitas de maus tratos à criança por parte de familiares, a gestora deverá comunicar ao Conselho Tutelar para averiguações e possíveis encaminhamentos com cópias à Coordenação de Educação Infantil;
- Sendo identificadas situações de maus tratos a crianças por parte de funcionários da Unidade, a Coordenação de Educação Infantil deverá ser imediatamente informada. A omissão será considerada negligência por parte da direção, a qual assumirá a responsabilidade.

### 17.4 Normas de Convivência e Prevenção de Tabagismo

A Legislação Federal sobre o tabaco no Brasil - lei Federal nº 9.294/1996 afirma que o fumo é proibido em locais fechados. Portaria interministerial nº 1498 (22 de agosto de 2002) recomenda que as instituições de saúde e de educação devem implantar programas e ambientes livres de exposição tabagista ambiental. De acordo com a lei estabelecida:

- Não é permitido fumar nos centros educacionais de qualquer nível de ensino;
- No caso do CREI essa norma afeta todos os profissionais ou qualquer pessoa que esteja dentro da unidade infantil;
- A lei visa também transformar os educadores e os sanitaristas em agentes educativos na sua tarefa educativa de sensibilização, conscientização e prevenção contra o fumo.

## 18. Procedimentos Administrativos

18.1 Caso das faltas de funcionários – Orientar os funcionários sobre procedimentos de faltas:

- Atestados médicos - No caso de ausência por doença ou outros motivos relevantes, inferior a 03 dias úteis consecutivos;
- Atestado da Junta Médica do Município - A partir do quarto dia consecutivo;
- Transferência de funcionários – implica em encaminhamento para setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação.



## 19. Órgãos Parceiros

- Unidades de Saúde da Família (USF)
- Centros de Atendimento Individualizado (CAIS)
- Conselhos Tutelares
- FUNAD
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especial de Assistência Social

## 20. Telefones Úteis:

NOME	TELEFONE
Bombeiros	193
Bolsa Família	3218-9255
Cartão SUS	3214-7981
Conselho Municipal de Saúde	3214-7950
CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	3218-9845
Conselho Tutelar Região Norte	3214-7931
Conselho Tutelar Região Sul	3218-9836
Conselho Tutelar Região Sudeste	3218-9123
Conselho Tutelar Mangabeira	3238-5468
Conselho Tutelar Região Praia	3241-7081
Disque Mosquito	3214-5718
Guarda Municipal	3218-9039
Ouvidoria(Socorro)	3218-7100
PDE(Conceição)	3218-7976
SAMU	192
Transporte (Valberto)	3218-9284
Vigilância Sanitária	0800 281 4020

Secretaria de Educação e Cultura	
NOME	TELEFONE
Gabinete	3218-9274
Gabinete processos	3218-9273
Assessoria do gabinete (Simone e Kleber)	3218-7122
Conselho municipal de educação	3218-9280
DAF	3214-9021
DTIC (informática)	3218-7285
DGC (Gilberto)	3218-9280
DPAA (Gilvaneide)	3218-9285
DEPAF (Betania)	3218-7976
DPPC (Priscila)	3218-3208
Coordenação ed. Infantil (Francineide)	3218-7055
Engenharia (Assis)	3218-7122
Manutenção (Almeida)	3218-9258
Patrimônio (Hugo)	3214-5558
ASSTECA (Nierley)	3214-4935
Alimentação escolar (Kiara)	3218-7180



Gestoras			
Nº	CREI	NOME	CONTATO
01	Adalgisa Vieira	Ezucarly Carvalho	8821-0267
02	Alexandre Ramalho	Ângela Maria	8863-5158
03	Antonieta Aranha	Maria do Socorro	8776-5910
04	Antonio Varandas	Andrea Márcia	8790-0267
05	Assis Tavares	Rosilda Galdino	8851-8790
06	Benjamim Maranhão	Glícia Galdino	8839-6034
07	Bergalice Vasconcelos	Divina Maria	8722-5478
08	Calula Leite	Ângela Lúcia	9700-1613
09	Creuza Pires	Marizete	8852-4801
10	Criança Feliz	Alice Cristina	8976-2628
11	Custódia Nóbrega	Maria Conceição	8751-6217
12	Delegada Mª Tereza	Viviane Lisiher	8894-8406
13	Diotília Guedes	Mary Suely	8809-6382
14	Dom Marcelo	Maria Elicionéia	8729-4852
15	Dona Tana	Patricia Lopes	8627-9238
16	El Shaday	Veronice	8899-1840
17	Floriano Augusto	Maria Lucia	8893-5551
18	Francisco Porto	Lucia Maria	8720-2334
19	Frei Afonso	Georgina	8879-4919
20	Gertrudes Maria	Wellingta	8827-7572
21	Glauce Burity	Maria da Conceição	8849-3472 / 8801-6245
22	Glória Cunha Lima	Denise Oliveira	8834-7468
23	João Leite Gambarra	Dilma Dilene	8803-6925
24	João Tota	Maria da Silva	9444-1926
25	José Carvalho	Marta Maria	8880-2292
26	Josiara Telino	Adriana Weyga	8653-1237
27	Julia Ramos		
28	Julian Nunes	Lúcia de Fátima	9154-4606
29	Karina Zagel	Vilma Mª Santana	8881-8600
30	Laranjeiras	Janiere Maria	8857-6006
31	Lindemberg Vieira	Maria Gorete	8860-1219
32	Luzia Do Taipa	Edna de Oliveira	8859-8633
33	Maestro Pedro Santos	Eliane de Oliveira	8826-4562
34	Manoel Soares	Katia Michele	8850-8340
35	Margarida Mª Alves	Severina Francisca	8897-4809
36	Margot Trindade	Keliane Silva	8860-8794
37	Mª da Luz	Sônia Maria	8864-2766
38	Maria Da Penha	Paula	8848-9010
39	Maria De Fátima	Caliani de Lima	8835-1386-8851-265
40	Maria De Lourdes	Lucivânia	8866-8300
41	Mª de Lourdes Brandão		
42	Maria De Nazaré	Terezinha	8824-4600
43	Maria José Burity	Valclise Scarano	8708-5616
44	Maria Risomar	Ozanilde Andrade	8650-9540
45	Maria Ruth	Maria Constâncio	8815-5093
46	Maricelli Carneiro	Cleane Suely	8783-1705
47	Marinete Paiva	Marilene Alves	8863-771
48	Mayara Lima	Ana Clécia	8775-8056
49	Menino Jesus	Ana Paula Oliveira	86311372
50	Nª. Senhora Da Boa Esperança	Milena Costa	9904-4656



Gestoras			
51	N. Senhora De Fátima	Patricia Maria	8856-9976
52	Nenzinha C. Lima	Marilene Ramos	8861-7963
53	Noêmia Trindade	Maria M. Cardama	8816-2358
54	Oduvaldo Batista	Ana Emília	8832-4745
55	Renato Lucena	Maria Luiza	8114-8189
56	Rita Gadelha	Maria da Penha	8858-7515
57	Roberta Tavares	Edna Ferreira	8792-8785
58	Roberto Vieira	Gerlane Cavalcanti	8899-4547
59	Rodrigo Moreno	Girleene Pereira	8898-3100
60	Rosa Andrade	Lucia Karla	8745-6202
61	Santa Bárbara	Eveline de Queiroz	8889-8960
62	Santa Clara	Edijane Pereira	8858-0943
63	Santa Terezinha	Lais Medeiros	8836-6018
64	São Francisco	Jailma Amâncio	8647-6733
65	Stelina Nunes	Diana Lira	8743-8084
66	Vera Lúcia	Yraktânia Correia	8724-9423
67	Vicente Chaves	Gina Valéria	8801-5232
68	Violeta Formigã	Maria do Desterro	8894-9751
69	Yala Petit	Geane Gomes	8836-5103

21. Divisão dos CREIS por Polos	
CREI	POLO
Adalgisa Vieira	09
Alexandre Ramalho	08
Antonieta Aranha	06
Antonio Varandas	06
Assis Tavares	05
Benjamin Maranhão	01
Bergalice Vasconcelos	01
Calula Leite	08
Creuza Pires	06
Criança Feliz	06
Custódia Nóbrega	01
Delegada M <sup>a</sup> Tereza	06
Diotília Guedes	05
Dom Marcelo	04
Dona Tana	06
El Shaday	05
Floriano Augusto	03
Francisco Porto	03
Frei Afonso	05
Gertrudes Maria	07
Glauce Burity	07
Glória Cunha Lima	04
João Leite Gambarra	04
João Tota	06
José Carvalho	01
Josiara Telino	01
Julia Ramos	05
Julian Nunes	01
Karina Zagel	01



21. Divisão dos CREIS por Polos	
Laranjeiras	04
Lindemberg Vieira	05
Luzia Do Taipa	08
Maestro Pedro Santos	01
Manoel Soares	08
Margarida Mª Alves	07
Margot Trindade	03
Mª da Luz	05
Maria Da Penha	08
Maria De Fátima	04
Maria De Lourdes	03
Mª de Lourdes Brandão	01
Maria De Nazaré	08
Maria José Burity	05
Maria Risomar	05
Maria Ruth	08
Maricelli Carneiro	03
Marinete Paiva	04
Mayara Lima	07
Menino Jesus	04
Nª. Senhora Da Boa Esperança	05
N. Senhora De Fátima	01
Nenzinha C. Lima	07
Noêmia Trindade	08
Oduvaldo Batista	06
Renato Lucena	05
Rita Gadelha	01
Roberta Tavares	01
Roberto Vieira	02
Rodrigo Moreno	02
Rosa Andrade	02
Santa Bárbara	04
Santa Clara	01
Santa Terezinha	08
São Francisco	02
Stelina Nunes	08
Stelina Nunes	08
Vera Lúcia	01
Vicente Chaves	06
Violeta Formiga	08
Yala Petit	05

22. ANEXOS  
22.1 Calendário

PROPOSTA DE CALENDÁRIO ESCOLAR-2014

MES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
DIA																															
JAN																															
FEV																															
MAR																															
ABR																															
MAI																															
JUN																															
JUL																															
AGO																															
SET																															
OUT																															
NOV																															
DEZ																															
Total de dias letivos:																															200 dias



MESES		FERIADOS	LEGENDA	
MARÇO	03	Carnaval	F/Re	Férias/Recesso
	04		I/T	Início e Término do Bimestre
	05	Cinzas		Dias Letivos
ABRIL	17	Semana Santa	DE	Diálogos Educacionais
	18		PI	Plano de Trabalho
	21	Tiradentes	Jg	Jogos do Brasil
MAIO	01	Trabalho	-	Dia Inexistente
JUNHO	12	Jogos do Brasil	FI	Feriado
	17		S D	Sábado e Domingo
	23	Corpus Christi	AS	Semana da Alimentação Saudável
JULHO	02	Diálogos Educacionais	EV	Semana de Educação para a Vida
	03	Jogos do Brasil	CP	Congresso dos Professores
	04		CC	Conselho de Classe
AGOSTO	05	N. Senhora das Neves	PF	Prova Final
SETEMBRO	13	Congresso dos Professores		
OUTUBRO	15	Dia do Professor		
	28	Dia do Funcionário Público		
DEZEMBRO	08	N. Senhora da Conceição		

## BIMESTRES

1º BIMESTRE - 04/02 a 25/04/2014 = 53 dias

2º BIMESTRE - 28/04/ a 25/07/2014 = 49 dias

3º BIMESTRE - 28/07/ a 26/09/2014 = 42 dias

4º BIMESTRE - 29/09/ a 18/12/2014 = 56 dias

## 22.2 Ficha de matrícula

**FICHA DE MATRÍCULA**  
**CENTRO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CREI**  
 TURMA: ( ) BERÇÁRIO (0 à 1 ano e 11 meses) ( ) CRECHE (2 à 3 anos) ( ) PRÉ I (4 anos) ( )  
 PRÉ II (5 anos)

CREI: _____	
Endereço: _____ Nº.: _____	
Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____	
Decreto de Criação: _____ Autorização: _____	

**Dados do(a) Estudante**  
 Nome: \_\_\_\_\_  
 Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ CEP.: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
 Certidão de Nascimento: Nº \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) M ( ) F  
 Nº do cartão de vacina: \_\_\_\_\_ Atualizado: ( ) Sim ( ) Não  
 Nº do Cartão do SUS: \_\_\_\_\_  
 Etnia: ( ) Branca ( ) Preta ( ) Amarela ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Não Declarada

**Programas Sociais**

( ) Renda Mínima ( ) PETI ( ) Bolsa Família ( ) Renda Família ( ) Renda Cidadão ( ) Outros

**Deficiência/Transtornos Globais de Desenvolvimento/Altas Habilidades/Superdotação**

( ) Cegueira ( ) Baixa Visão ( ) Surdez ( ) Surdocegueira ( ) Autismo ( ) Síndrome de Down  
 ( ) Def. Física ( ) Def. Intelectual ( ) T.G.D ( ) Outros

**Filiação**  
 Mãe: \_\_\_\_\_  
 Local de Trabalho: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 Pai ou Responsável: \_\_\_\_\_  
 Local de Trabalho: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Residencial	Telefone	
	Celular	Para Recados

**Informações Pessoais Sobre o (a) Estudante**  
 Possui restrição a algum alimento? Qual/Quais? \_\_\_\_\_  
 Possui algum problema de saúde? Qual/Quais? \_\_\_\_\_  
 É alérgico a algum medicamento? Qual/Quais? \_\_\_\_\_  
 Outras observações sobre o aluno que o responsável considere importante: \_\_\_\_\_

**Pessoas autorizadas a retirar o (a) estudante do CREI**

Nome	RG	Telefone

**Desligamento do (a) estudante (a) do CREI**

Motivo: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Assinatura do (a) responsável pelo desligamento. \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## Fardamento

Camisa	Short	Sandália
P ( )	P ( )	Nº:
M ( )	M ( )	
G ( )	G ( )	

Eu, abaixo assinado, requeiro a matrícula do (a) estudante acima identificado, declarando estar de acordo com as disposições do Regimento Escolar do Estabelecimento e normas complementares.

Assumo inteira responsabilidade pelas informações citadas nesta ficha.

João Pessoa, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

## V FONTES DE PESQUISA

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. *Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil*. In.: CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. *Educação infantil: pra que te quero?*— Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 67-79.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica. — Brasília : MEC, SEB, 2010. 36p. Il.

Fonte: PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online: Mais de 1000 cursos online com certificado. Disponível em

<http://www.portaleducacao.com.br/nutricao/artigos/51382/a-importancia-da-alimentacao-saudavel-na-educacao-infantil#ixzz2qZLmLfCU>

Fonte: [www.diariodobebe.com.br](http://www.diariodobebe.com.br)

GOLDSCMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. *Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche*. 2 ed. — Porto Alegre: Artmed, 2006.

KRAME, Sônia. *Com a pré-escola nas mãos*. São Paulo: Ática, 2000.

LIMA, Elvira de Souza. *Como a criança pequena se desenvolve*. São Paulo: Sobradinho, 2001. Disponível em

- See more at: <http://petpedagogia.blogspot.com.br/2012/07/a-importancia-da-organizacao-do-tempo-e.html#sthash.5zg4AzZH.dpuf>

PIAGET, Jean. *O desenvolvimento do pensamento: equilibração das estruturas cognitivas*. Lisboa: Dom Quixote, 1977.